

# Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

# RELATÓRIO

FINANCIAMENTO DE PRODUTOS DE APOIO

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

*(Despacho n.º 5212/2013, de 11 de abril)*

**ANO**  
**2014**

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Preparação, compilação e elaboração

DGE – Alexandra Crespo e Filomena Pereira

DGS – Anabela Coelho e Miguel Rodrigues

IEFP, I.P. – Filipa Aguiar Ferreira, Leonardo Conceição e Sérgio Moleiro

INR, I.P. – Lobélia Melo e Rita Vilhena

ISS, I.P. – Alexandra Palmela Botelho e Maria João Almeida

Documento a ser disponibilizado por via eletrónica em junho de 2016.

INTRODUÇÃO .....	8
<b>PARTE I</b>	
1 – ENQUADRAMENTO LEGAL DO SISTEMA DE ATRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO.....	11
<b>PARTE II</b>	
1 – EVOLUÇÃO DA EVOLUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO GLOBAL DE PRODUTOS DE APOIO .....	13
<b>PARTE III – DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE (DGS)</b>	
1 - DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR ARS .....	15
2 - PRODUTOS DE APOIO POR TIPOLOGIA DE DEFICIÊNCIA .....	20
3 - DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR ENTIDADES PRESCRITORAS .....	21
4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA .....	23
5 – EM SÍNTESE .....	25
<b>PARTE IV – INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P (ISS, I.P.)</b>	
1 – PRODUTOS DE APOIO PRESCRITOS .....	27
2 – UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DO ISS, I.P. ....	28
3 – REDE DE CENTROS PRESCRITORES ESPECIALIZADOS DO ISS, I.P. ....	28
4 – EXECUÇÃO 2014 .....	30
4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS .....	30
4.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO .....	39
4.3 –EXECUÇÃO FINANCEIRA .....	47
4.4 – SÍNTESE CONCLUSIVA .....	49
<b>PARTE V – INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P (IEFP, I.P.)</b>	
1 - CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS .....	51
1.2 – PRODUTOS DE APOIO E PESSOAS APOIADAS POR REGIÃO .....	51
1.3 – PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS POR SEXO .....	51
1.4 – PRODUTOS DE APOIO POR GRUPO ETÁRIO .....	52
2 – CARACTERIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA .....	53
2.1 – EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA GLOBAL .....	53

2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA .....	54
3 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS .....	54
3.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR CLASSIFICAÇÃO ISO .....	54
3.2 – CARACTERIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO POR REGIÃO E CLASSIFICAÇÃO ISO ...	55
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
<b>PARTE VI – DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO (DGE)</b>	
1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO .....	59
1.1 – DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR CENTRO DE RECURSOS TIC PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL (CRTIC) .....	59
1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR SEXO .....	61
1.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR CATEGORIA .....	61
2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA .....	63
3– NOTAS FINAIS .....	64
<b>PARTE VII – SÍNTESE GLOBAL DAS ENTIDADES</b> .....	64
<b>PARTE VIII – SÍNTESE CONCLUSIVA GLOBAL DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS DE APOIO DAS ENTIDADES</b> .....	67

**ÍNDICE DE TABELAS**

<b>TABELA N.º 1</b>	
DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PRODUTOS DE APOIO POR ENTIDADES PRESCRITORAS DA ARS DO NORTE .....	21
<b>TABELA N.º 2</b>	
DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PRODUTOS DE APOIO POR ENTIDADES PRESCRITORAS DA ARS DO CENTRO .....	22
<b>TABELA N.º 3</b>	
DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PRODUTOS DE APOIO POR ENTIDADES PRESCRITORAS DA ARS DE LX E VALE DO TEJO.....	22
<b>TABELA N.º 4</b>	
DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PRODUTOS DE APOIO POR ENTIDADES PRESCRITORAS DA ARS DE ALENTEJO E ALGARVE.....	23

**PARTE II**

QUADRO N.º 1 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS DE APOIO ..... 13

QUADRO N.º 2 – DADOS COMPARATIVOS DA AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS DE APOIO POR ENTIDADES REFERENTES AOS ANOS DE 2011, 2012 E 2013 ..... 14

**PARTE III**

QUADRO N.º 1 – BENEFICIÁRIOS POR ARS .....17

QUADRO N.º 2 – ENTIDADES ASSOCIADAS À PRESCRIÇÃO, POR ARS .....18

QUADRO N.º 3 – PRODUTOS DE APOIO ENTREGUES, POR CATEGORIA E POR ARS .....18

QUADRO N.º 4 – PRODUTOS DE APOIO ENTREGUES, POR CATEGORIA E VALOR UNITÁRIO ..... 19

QUADRO N.º 5 – PRODUTOS DE APOIO ENTREGUES POR CATEGORIA E QUANTIDADE ..... 19

QUADRO N.º 6 – TIPOS DE DEFICIÊNCIAS POR ARS ..... 20

QUADRO N.º 7 – PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS E MONTANTES REPORTADOS POR ARS .... 23

**PARTE IV**

QUADRO N.º 1 – N.º DE BENEFICIÁRIOS COM MÚLTIPLOS PA FINANCIADOS.....27

QUADRO N.º 2 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS POR ESCALÃO ETÁRIO POR CDSS DO ISS,I.P.....33

QUADRO N.º 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR CLASSE ISSO POR CDSS DO ISS, I.P. ....44

QUADRO N.º 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR CLASSE ISO 09 E 12 DO ISS, I.P. .... 45

QUADRO N.º 5 – DOTAÇÃO, VALOR EXECUTADO E TAXA DE EXECUÇÃO, POR CDSS DO ISS, I.P. .... 47

QUADRO N.º 6 – PRINCIPAIS INDICADORES (N.º E %)...49

**PARTE V**

QUADRO N.º 1 - N.º DOS PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS E PESSOAS APOIADAS POR ZONA GEOGRÁFICA (DELEGAÇÃO REGIONAL). .....51

QUADRO N.º 2 – ATRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR GÉNERO.....51

QUADRO N.º 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS FINANCIADAS POR GRUPO ETÁRIO .....52

QUADRO N.º 4 – DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR TIPOLOGIA DE DEFICIÊNCIA ... 53

QUADRO N.º 5 – EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA GLOBAL ..... 53

QUADRO N.º 6 – EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA POR TIPOLOGIA DE DEFICIÊNCIA ..... 54

QUADRO N.º 7 – EXECUÇÃO FÍSICA POR CLASSIFICAÇÃO ISO A DOIS DIGITOS ..... 55

QUADRO N.º 8 – PRODUTOS DE APOIO FINANCIADOS POR CLASSIFICAÇÃO ISO .....55

QUADRO N.º 9 – CUSTO MÉDIO DOS PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS POR CLASSIFICAÇÃO ISO .....56

QUADRO N.º 10 – EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS ..... 57

**PARTE VI**

QUADRO N.º 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR CRTIC ..... 60

QUADRO N.º 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR REFERÊNCIA À CLASSIFICAÇÃO ISO 9999:2007 .....	62
QUADRO N.º 3 – PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ALUNOS ABRANGIDOS E MONTANTES DISPONIBILIZADOS .....	63

**PARTE VII**

QUADRO N.º 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO FINANCIADOS POR ENTIDADES .....	64
---	----

**PARTE VIII**

QUADRO N.º 1 – QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO GLOBAL FÍSICA E FINANCEIRA DAS ENTIDADES FINANCIADORAS .....	67
QUADRO N.º 2 – MONITORIZAÇÃO DE PROCESSOS RECECIONADOS E APRECIADOS EM SEDE DE CAPA .....	68

**ÍNDICE DE GRÁFICOS**

**PARTE III**

GRÁFICO 1 – PRODUTOS DE APOIO POR ARS .....	15
GRÁFICO 2 – PRESCRIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR SEXO .....	16
GRÁFICO 3 – PRESCRIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR SEXO E GRUPO ETÁRIO.....	16
GRÁFICO 4 – ENTIDADES ASSOCIADAS À PRESCRIÇÃO, POR ARS .....	17
GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR TIPOLOGIA DE DEFICIÊNCIA .....	20
GRÁFICO 6 – VALORES REPORTADOS POR ARS .....	24
GRÁFICO 7 – VALORES REPORTADOS POR ARS (EM %).....	24

**PARTE IV**

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE BENEFICIÁRIOS POR CDSS DO ISS, I.P. ....	30
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE BENEFICIÁRIOS POR SEXO (N.º E %) .....	31
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE BENEFICIÁRIOS POR ESCALÃO ETÁRIO (N.º E %) .....	32
GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE BENEFICIÁRIOS POR GRUPO ETÁRIO .....	34
GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE BENEFICIÁRIOS POR SISTEMA E SUBSISTEMAS DE SAÚDE .....	35
GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE BENEFICIÁRIOS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA (N.º E %) ....	36
GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE BENEFICIÁRIOS POR ALTERAÇÃO DA FINÇÃO.....	38
GRÁFICO 8 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE BENEFICIÁRIOS POR ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA... ..	39
GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PRODUTOS DE APOIO FINANCIADOS, POR CDSS DO ISS, I.P. ....	40
GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PRODUTOS DE APOIO POR ENTIDADE PRESCRITORA	41
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PRODUTOS DE APOIO POR FINALIDADE (N.º E %) .....	42
GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PRODUTOS DE APOIO POR CLASSE ISO .....	42

GRÁFICO 13 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PRODUTOS DE APOIO POR CLASSE ISSO – EXECUÇÃO  
FINANCEIRA (EURO) ..... 46

**PARTE VI**

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR SEXO ..... 61

**PARTE VII**

GRÁFICO 1 – N.º DE PRODUTOS ATRIBUÍDOS POR ENTIDADES ..... 65

## INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., (INR, I.P.) é um instituto público integrado e tutelado pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. A garantia de igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e a valorização das pessoas com deficiência, numa perspetiva de promoção dos seus direitos fundamentais, são os princípios que norteiam a atuação deste Instituto.

O INR, I.P., tem por missão assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiências e/ou incapacidades.

A visão de futuro do INR, I.P., é construir uma sociedade que olha para o cidadão na sua diferença, potenciando as suas capacidades e a sua autonomia.

O INR, I.P. propõe-se inovar nas iniciativas e atividades de forma sensível e adequada aos contextos, no sentido da concretização da visão "Uma Pessoa um Cidadão".

Durante o ano de 2014, foi dada continuidade aos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos, em colaboração estreita com todas as entidades intervenientes no Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), visando a execução prevista no Decreto-lei n.º 93/2009, de 16 de abril, quanto à existência de um sistema informático centralizado entre todas as entidades que compõem o SAPA, cuja gestão da informação é da competência do INR, I. P..

Para a prossecução do anteriormente referido, foi publicada a Portaria n.º 192/2014, de 26 de Setembro de 2014, que regula a criação e manutenção da Base de Dados de Registo do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (BDR-SAPA), bem como o tratamento da informação no que respeita à referenciação, prescrição, atribuição, comparticipação e reutilização de produtos de apoio.

A BDR-SAPA visa a desburocratização, a desmaterialização e a simplificação do SAPA com vista ao controlo da atribuição dos produtos de apoio a nível nacional, de uma forma mais eficiente e célere, bem como a gestão de prescrições de produtos de apoio, permitindo aos organismos envolvidos a caracterização e a consulta de informação relativa aos utilizadores e beneficiários do SAPA. Esta Base de Dados de Registo, BDR-SAPA, encontra-se em pleno funcionamento no ano de 2015, tendo-se verificado a sua capacidade de evolução e adequação, face às diferentes situações e questões.

Ainda no decorrer do ano de 2014, foi constituído um grupo de trabalho, com o objetivo de elaborar um documento de harmonização de procedimentos transversais a todas as entidades



intervenientes no SAPA, que integrava representantes de todas as entidades financiadoras e coordenado pelo INR, I. P..

Desse grupo de trabalho resultou a elaboração de um “Manual de Procedimentos” que, após a validação por cada entidade constituinte e da Comissão de Acompanhamento dos Produtos de Apoio (CAPA), foi convertido em forma de diploma legal, onde se encontram contempladas normas orientadoras para a atribuição e financiamento de produtos de apoio no âmbito do SAPA.

De acordo com Despacho 5212/2014, de 11 de abril, cabe ao INR, I. P., elaborar um relatório final de diagnóstico e avaliação física e financeira da execução deste despacho, a partir dos elementos fornecidos pelas entidades financiadoras. Neste enquadramento apresenta-se a Avaliação Física e Financeira do Financiamento dos Produtos de Apoio, referente ao ano 2014, a partir dos elementos reportados pela Direção Geral da Educação (DGE), pela Direção Geral da Saúde (DGS), pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I. P.) e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I. P.).

O presente relatório está dividido em oito partes distintas, a saber:

- Na primeira parte apresenta-se o enquadramento legal publicado relativo ao SAPA durante o ano de 2014.
- Na segunda parte é feita uma exposição relativa à evolução da execução física e financeira global nos anos de 2011 a 2013, com a apresentação das verbas disponibilizadas, o número de pessoas apoiadas e o número de produtos de apoio atribuídos durante o período referenciado e alusiva ao ISS, I. P., à DGS e ao IEFP, I. P..
- Na terceira parte serão apresentados os valores da execução física e financeira do financiamento dos produtos de apoio da DGS no âmbito do SAPA referente ao ano de 2014.
- Na quarta parte apresentar-se-ão os valores respeitantes ao ISS, I.P. no âmbito do SAPA, no decorrer do ano de 2014.
- Na quinta parte será apresentada a execução física e financeira do financiamento de produtos de apoio referente ao ano de 2014 do IEFP, I. P..
- Na sexta parte os valores da execução física e financeira no âmbito da educação através dos dados recebidos da DGE referentes ao ano em apreço.

- Na sétima parte irá ser feita uma síntese global dos dados enviados pelas respetivas entidades onde se poderá analisar os valores globais da execução física e financeira do financiamento de produtos de apoio no âmbito do SAPA no decorrer do ano de 2014 no seu cômputo geral.
- Na oitava parte apresenta-se uma síntese conclusiva dos elementos com maior impacto fornecidos por cada entidade financiadora referente ao ano em análise.

## PARTE I

### 1 – ENQUADRAMENTO LEGAL DO SISTEMA DE ATRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO RESPEITANTE AO ANO DE 2014

Considerando que Portugal ratificou a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que no seu art.º 20º define que cabe ao Estado Parte “garantir a mobilidade pessoal das pessoas com deficiências e/ou incapacidades com a independência possível, facilitando o seu acesso a dispositivos e tecnologias de apoio (Produtos de Apoio)”, foi publicado (no Diário da República, n.º 34, 2ª Serie, de 18 de fevereiro de 2014) o Despacho n.º 2671/2014, onde foram estabelecidos os montantes das verbas destinadas ao financiamento dos produtos de apoio para o ano de 2014, num valor global de 11.300.000,00 Euros, a disponibilizar pelos Ministérios da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

A verba de 5.100.000,00 Euros, disponibilizada pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, integrava 4.000.000,00 Euros destinados a financiar os produtos de apoio prescritos pelos centros de saúde e centros especializados, através do ISS, I.P., e 1.100.000,00 Euros, destinados a financiar produtos de apoio indispensáveis à formação profissional e ao emprego, incluindo o acesso ao transporte, através do IEFP, I. P..

A verba de 6.000.000,00 Euros, disponibilizada pelo Ministério da Saúde, para financiar produtos de apoio prescritos por ato médico às pessoas com deficiências e/ou incapacidades, através de consultas externas das unidades hospitalares designadas pela Administração Central dos Serviços de Saúde, I.P. (ACSS, I.P.) e pela Direção Geral da Saúde (DGS).

A verba de 200.000,00 Euros, disponibilizada pelo Ministério da Educação e Ciência, era destinada ao financiamento de produtos de apoio prescritos para utilização nas escolas.

O Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril., mantendo-se no ano de 2014, o regime provisório do SAPA, introduzido pelo artigo n.º14-A, do Decreto-Lei n.º 42/2011, de 23 de março, onde se estabelece que a lista dos produtos de apoio que identifica quais os produtos que poderão ser financiados através deste sistema se mantem na competência do INR, I.P., e, sendo que após audição prévia de todas as entidades anteriormente descritas, a mesma foi publicada no Despacho n.º 16313/2012, no Diário da República, 2ª série, n.º 47, de 21 de dezembro de 2012.

Esta lista é apresentada de acordo com a classificação ISO 9999:2007 e constituída por três níveis hierárquicos em que os códigos de cada um consistem em três pares de dígitos. Organiza-se por Classes, Subclasses e Divisões, identificadas através de um código numérico, correspondendo os

dois primeiros dígitos à Classe, os dois subsequentes à Subclasse e os dois últimos à Divisão. As Classes são 11 e estão distribuídas da seguinte forma:

- Classe 04: Produtos de apoio para tratamento clínico individual;
- Classe 05: Produtos de apoio para treino de competências;
- Classe 06: Ortóteses e próteses;
- Classe 09: Produtos de apoio para cuidados pessoais e proteção;
- Classe 12: Produtos de apoio para mobilidade pessoal;
- Classe 15: Produtos de apoio para atividades domésticas;
- Classe 18: Mobiliário e adaptações para habitação e outros edifícios;
- Classe 22: Produtos de apoio para comunicação e informação;
- Classe 24: Produtos de apoio para Manuseamento de objetos e dispositivos;
- Classe 27: Produtos de apoio para melhoria do ambiente, máquinas e ferramentas;
- Classe 30: Produtos de apoio para atividades recreativas.

Para a prossecução do disposto no artigo 14.º - A, n.º 2, aditado pelo Decreto-lei n.º 42/2011, de 23 de março, ao Decreto-lei n.º 93/2009, de 16 de abril, que determina que compete ao INR, I.P., aprovar e publicar as normas reguladoras de procedimentos das entidades prescritoras e financiadoras de Produtos de Apoio, após audição prévia do IEFP, I.P., da DGE, da DGS e do ISS, I.P., e da Comissão de Acompanhamento dos Produtos de Apoio (CAPA), foi publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 72, de 11 de abril de 2014, o Despacho n.º 5212/2014, onde são definidos os procedimentos gerais para o financiamento de Produtos de Apoio no âmbito do SAPA.

O Despacho n.º 512872013, de 16 de abril, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 74, produziu efeitos durante o ano de 2014, até à data da publicação do diploma anteriormente referenciado (Despacho n.º 5212/2014, de 11 de abril).

## 1 – EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO GLOBAL DE PRODUTOS DE APOIO

### Quadro 1 – Evolução da execução física e financeira do financiamento dos produtos de apoio

OBS: Os dados representados no quadro supra respeitam os valores globais referentes a todas as entidades intervenientes

ANO	Verba Orçamentada	Verba Executada (DGS, ISS, I.P. e IEFP, I.P.)	Nº de Pessoas Abrangidas	Nº de Produtos de Apoio
2011	12.154.091,00	9.957.653,87	24.511	26.462
2012	10.761.257,95	8.619.118,70	17.698	19.474
2013	11.539.923,00	10.030.987,43	16.709	19.905

no SAPA no período de 2011 a 2013.

Relativamente ao quadro supra, verifica-se, relativamente à verba disponibilizada para a atribuição e financiamento de produtos de apoio no âmbito do SAPA, valores não muito díspares, constatando-se uma diminuição do orçamento inicial no ano de 2012, apesar desta verba ter sido reforçada pelo Ministério da Economia e do Emprego, em 762.000,00€, destinando-se a financiar Produtos de Apoio indispensáveis à formação profissional e ao emprego, incluindo o acesso aos transportes, através de entidades designadas pelo IEFP, I.P..

A verba global disponibilizada pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social passou a ser de 2.500.000,00€, destinada a financiar Produtos de Apoio prescritos pelos Centros de Saúde e Centros Especializados.

Avaliada a situação, os Gabinetes dos Secretários de Estado do Emprego, Adjunto do Ministro da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social realizaram um novo reforço de verba, através do Despacho n.º 15259/2012, de 28 de novembro, publicado no Diário da República n.º 230, 2ª Série, no valor global de 4.000.000,00€, a disponibilizar pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, para financiar Produtos de Apoio prescritos pelos Centros de Saúde e Centros Especializados.

Quanto ao número de pessoas abrangidas e produtos de apoio atribuídos, verificou-se em 2012 e 2013 uma descida relativamente ao ano de 2011, representando uma variação de cerca de 10.000 pessoas.

No quadro seguinte poderão observar-se, de forma especializada, os valores obtidos por cada entidade financiadora no período em análise.

Quadro 2 - Dados comparativos da Avaliação Física e Financeira do Financiamento dos Produtos de Apoio por entidade referentes a:

Ano de 2011				Ano de 2012				Ano de 2013			
ENTIDADES FINANCIADORAS	ISS, I.P.	ACSS/DGS	IEFP, I.P.	ENTIDADES FINANCIADORAS	ISS, I.P.	ACSS/DGS	IEFP, I.P.	ENTIDADES FINANCIADORAS	ISS, I.P.	ACSS/DGS	IEFP, I.P.
Pessoas Apoiadas	2.932	21.573	6	Pessoas Apoiadas	2.349	15.264	87	Pessoas Apoiadas	1.930	14.564	215
Produtos de Apoio (Nº)	4.848	21.607	7	Produtos de Apoio (Nº)	4.040	15.264	172	Produtos de Apoio (Nº)	3.862	15.711	332
Orçamento programado (€)	3.700.000,00	6.000.000,00	2.454.091,00	Orçamento programado (€)	3.999.257,95	6.000.000,00	762.000,00	Orçamento programado (€)	4.499.923,27	6.000.000,00	1.040.000,00
Orçamento Executado (€)	3.648.043,53	6.296.983,13	12.627,21	Orçamento Executado (€)	3.951.321,25	4.151.788,25	516.009,20	Orçamento Executado (€)	4.333.645,37	4.440.753,61	1.256.588,82
Taxa de Execução (%)	99,21	105	0,5	Taxa de Execução (%)	98,8	70	67,7	Taxa de Execução (%)	96,3	74,01	120,83

Nota:

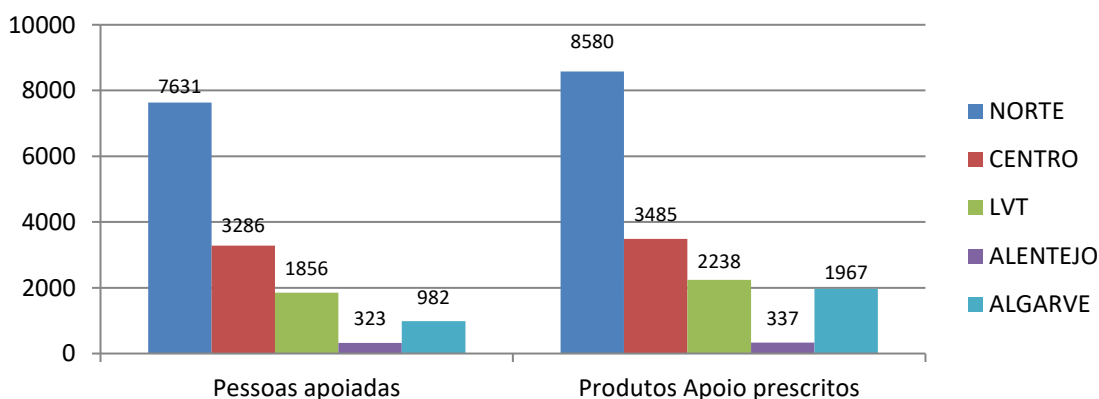
Os elementos referentes ao IEFP, I.P. (no ano de 2011), reportam-se apenas a sete processos transitados do ano de 2010. A taxa de execução é de 0,5% face à verba de 2.454.091€ prevista no Despacho n.º 17059/2011, publicado no final do mês de Dezembro do ano económico a que se reportou.

**PARTE III**  
**DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE**

**1 - DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE**

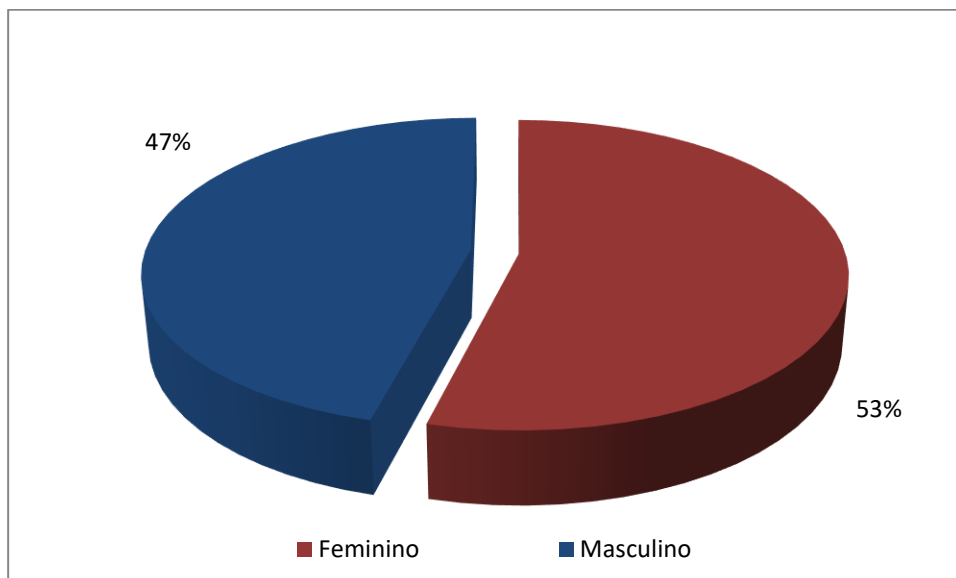
Da análise efetuada foi possível apurar, em 2014, o financiamento de um total de 16.607 Produtos de Apoio, entregues em hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), com a seguinte distribuição regional: Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte 8580, ARS do Centro 3485, ARS de Lisboa e Vale do Tejo 2238, ARS do Alentejo 337 e ARS Algarve 1967.

**Gráfico 1 – Produtos de Apoio por Administração Regional de Saúde**



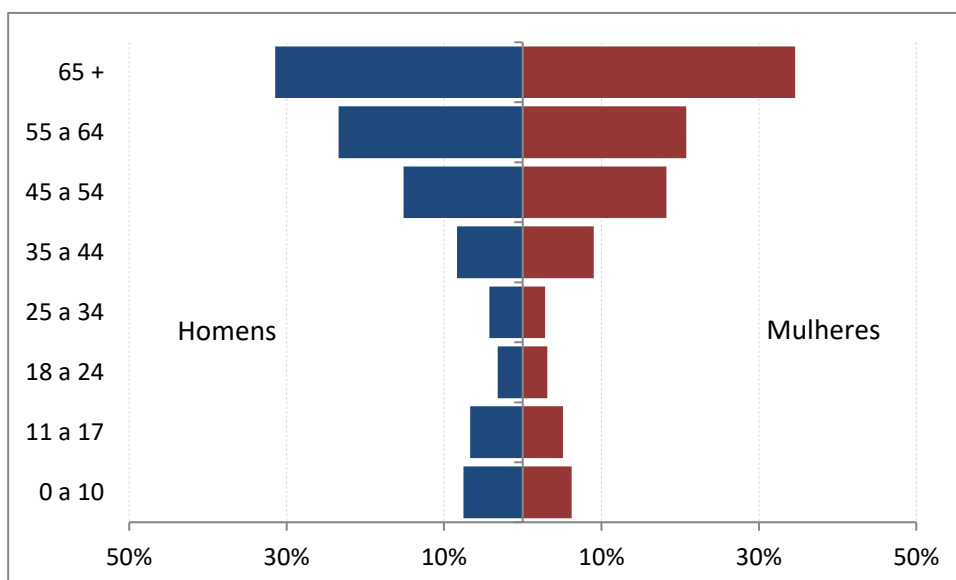
Relativamente à distribuição por sexo (gráfico 2), e reportando-nos ao total de 16.607 Produtos de Apoio entregues, 8775 foram atribuídos a utentes do sexo feminino, (53%) e 7832, (47%), a utentes do sexo masculino.

**Gráfico 2 – Prescrição de Produtos de Apoio por Sexo**



Analisada a distribuição por sexo, constata-se que 53% foram atribuídos a mulheres e 47% a homens; por ARS, verifica-se que nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, foram atribuídos mais produtos a beneficiários do sexo masculino (51% em ambos os casos).

**Gráfico 3 – Prescrição de Produtos de Apoio por Sexo e por Grupo Etário**



Dos 14.078 beneficiários deste sistema, 83% tinham idade igual ou superior a 35 anos (nos indivíduos do sexo feminino), e 78% no caso do sexo masculino. Igualmente, o peso dos beneficiários com 65 ou mais anos era, respetivamente, de 35 e 31% do total de beneficiários.



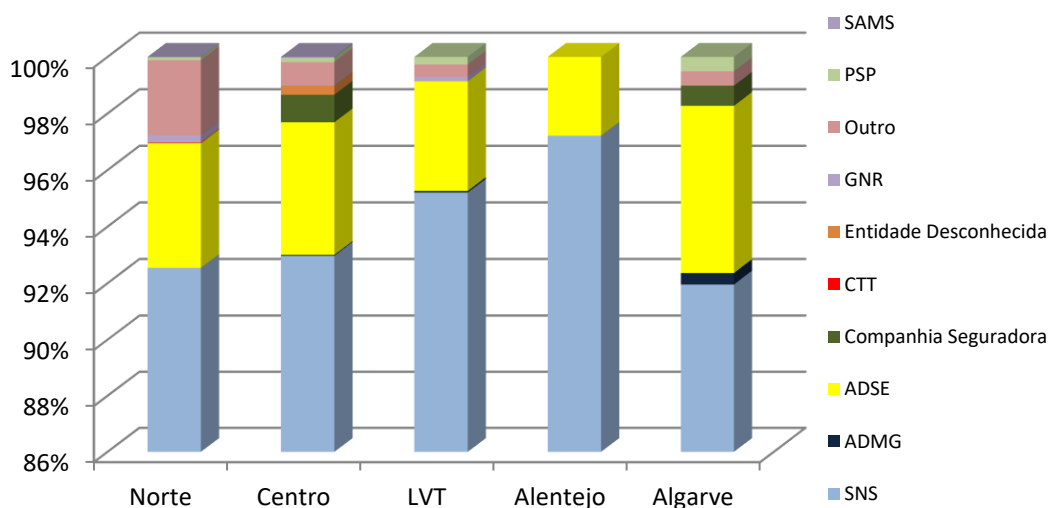
**Quadro 1 – Beneficiários por ARS**

ARS	N.º Beneficiários	%
<b>Norte</b>	7631	54%
<b>Centro</b>	3286	23%
<b>LVT</b>	1856	13%
<b>Alentejo</b>	323	2%
<b>Algarve</b>	982	7%
<b>Total Geral</b>	<b>14078</b>	<b>100%</b>

Analisando a distribuição dos beneficiários por ARS, verificamos que a ARS Norte representou 54% do total de beneficiários e as regiões Centro e Lisboa e Vale do Tejo representaram 36%, sendo que em conjunto, estas três regiões representaram 90% do total de beneficiários.

Procedendo-se a uma análise sobre as entidades associadas a cada beneficiário, sejam elas o Serviço Nacional de Saúde (SNS), ADSE, Companhia Seguradora, PSP, GNR, e as restantes tipificadas, verifica-se que os dois primeiros são responsáveis, globalmente, por 98% do total de Produtos de Apoio entregues em 2014.

**Gráfico 4 – Entidades associadas à prescrição, por ARS**



**Quadro 2 – Entidades associadas à prescrição, por ARS**

ARS	SNS	ADM G	AD SE	Companhia Seguradora	CTT	Entidade Desconhecida	GNR	Outro	PSP	SAMS	Tota l Gera l	
<b>Norte</b>	7062		336			1	2	18	203	8	1	7631
<b>Centro</b>	3055	1	154	32			11	1	26	5	1	3286
<b>LVT</b>	1767	1	72					3	8	5		1856
<b>Alentejo</b>	314		9									323
<b>Algarve</b>	903	4	58	7					5	5		982
<b>Total Geral</b>	<b>13101</b>	<b>6</b>	<b>629</b>	<b>39</b>		<b>1</b>	<b>13</b>	<b>22</b>	<b>242</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>14078</b>

Relativamente à categorização dos Produtos de Apoio disponibilizados em 2014, de acordo com a tipificação prevista no Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas, verifica-se que 88% do total de produtos entregues, no ano de 2014, se integra em 4 das categorias.

Nestas 4 categorias, a distribuição regional, com ligeiras diferenças, segue um padrão relativamente uniforme.

**Quadro 3 – Produtos de Apoio entregues, por categoria e por ARS**

Categorias do Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARV E	TOTA L
04 – Ajudas para Tratamento Clínico Individual	12,2%	12,7%	2,8%	6,8%	23,3%	11,7%
05 – Ajudas para Treino de Capacidades	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
06 – Ortóteses e Próteses	35,6%	51,2%	58,3%	51,4%	30,9%	42,3%
09 – Ajudas para Cuidados Pessoais e de Proteção	25,0%	12,8%	7,6%	0,6%	12,9%	18,4%
12 – Ajudas para a Mobilidade Pessoal	3,5%	14,7%	7,3%	4,0%	17,9%	7,6%
15 – Ajudas para Cuidados Domésticos	4,8%	0,9%	0,5%	0,3%	2,6%	3,1%
18 – Mobiliário e adaptações para Habitação e Outros Locais	0,1%	1,5%	0,8%	0,0%	8,1%	1,1%
21 – Ajudas para Comunicação / Informação e Sinalização	18,7%	5,8%	22,7%	36,5%	2,7%	15,5%
24 – Ajudas para manejo de Produtos e Mercadorias	0,0%	0,1%	0,0%	0,3%	1,4%	0,1%
30 – Ajudas para Recreação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Importa referir o peso da categoria 06 - Ortóteses e Próteses que, no global, representa 42,3% do total de produtos entregues, sendo de salientar as ARS do Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, onde esta categoria representou mais de metade das prescrições.

Realizando uma análise sobre os produtos entregues, verifica-se que as categorias 06 - ORTÓTESES E PRÓTESES, 09 - AJUDAS PARA CUIDADOS PESSOAIS E DE PROTECÇÃO, 21 - AJUDAS PARA COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E SINALIZAÇÃO e 04 - AJUDAS PARA TRATAMENTO CLÍNICO INDIVIDUAL, representaram, 84% do total de prescrições realizadas durante o ano de 2014. Já no que diz respeito ao volume de produtos entregues, as seguintes categorias 06 - ORTÓTESES E PRÓTESES, 21 - AJUDAS PARA COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E SINALIZAÇÃO e 12 - AJUDAS PARA A MOBILIDADE PESSOAL, representaram 87% do total de produtos entregues.

**Quadro 4 – Produtos de Apoio entregues, por categoria e valor unitário**

Categorias do Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas	N.º Ajudas entregues	Valores entregues	Valor (%)
06 – Ortóteses e Próteses	6564	2.372.325,16€	54%
09 – Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	3525	289.869,08€	61%
21 – Ajudas para Comunicação / Informação e Sinalização	2230	891.599,32€	81%
04 – Ajudas para Tratamento Clínico Individual	1897	158.109,61€	84%
12 – Ajudas para a Mobilidade Pessoal	1340	575.625,19€	97%
15 – Ajudas para Cuidados Domésticos	679	24.883,41€	98%
18 – Mobiliário e adaptações para Habitação e Outros Locais	314	79.672,98€	99,8 %
24 – Ajudas para manejo de Produtos e Mercadorias	40	2.669,19€	99,9 %
05 – Ajudas para Treino de Capacidades	17	4.809,22€	100%
30 – Ajudas para Recreação	1	42,19€	100%
<b>Total Geral</b>	<b>16.607</b>	<b>4.399.605,36€</b>	

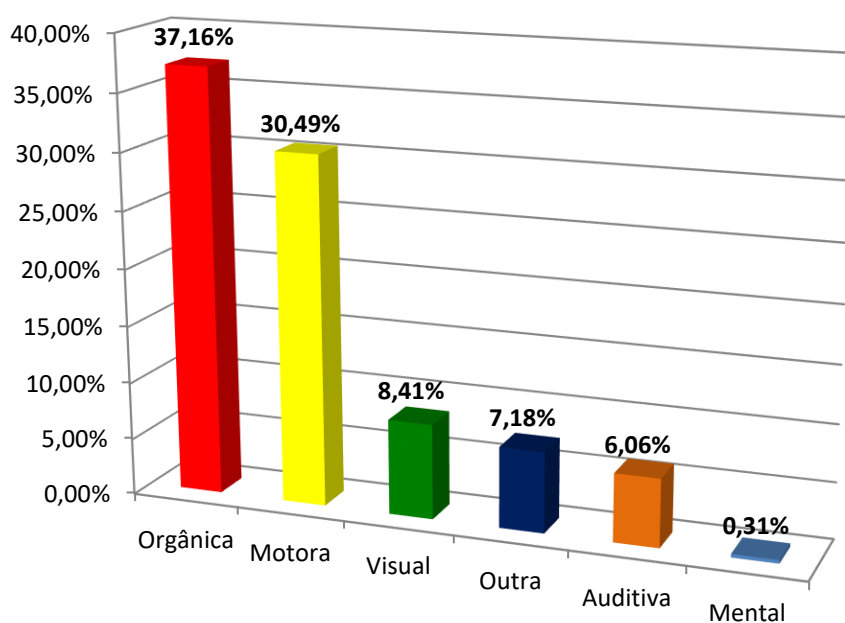
**Quadro 5 – Produtos de Apoio entregues, por categoria e quantidade**

Categorias do Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas	N.º Ajudas entregues	Valor %	% acumulada
06 – Ortóteses e Próteses	6564	53,9%	54%
21 – Ajudas para Comunicação / Informação e Sinalização	2230	20,3%	74%
12 – Ajudas para a Mobilidade Pessoal	1340	13,1%	87%
09 – Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	3525	6,6%	94%
04 – Ajudas para Tratamento Clínico Individual	1897	3,6%	97%
18 – Mobiliário e adaptações para Habitação e Outros Locais	314	1,8%	99,3%
15 – Ajudas para Cuidados Domésticos	679	0,6%	100%
05 – Ajudas para Treino de Capacidades	17	0,1%	100%
24 – Ajudas para manejo de Produtos e Mercadorias	40	0,1%	100%
30 – Ajudas para Recreação	1	0,0%	100%
<b>Total Geral</b>	<b>16.607</b>	<b>100%</b>	

## 2 - PRODUTOS DE APOIO POR TIPOLOGIA DE DEFICIÊNCIA

No que se refere à distribuição dos Produtos de Apoio entregues por tipologia de deficiência (Gráfico 5), e reportando-nos novamente a um total de 16.607 Produtos de Apoio entregues pelos Hospitais do SNS, em 2013, verifica-se que a maior parte destes Produtos de Apoio foram atribuídos a pessoas com deficiência orgânica (37,2%), com deficiência motora (30,5%), com deficiência visual (8,4%), e com deficiência auditiva e mental 6,1% e 0,3%, respetivamente.

Gráfico 5 - Distribuição dos Produtos de Apoio por Tipologia de Deficiência



Quadro 6 – Tipos de Deficiências por ARS

ARS	Orgânica	Motora	Visual	Outra	Auditiva	Mental	Total Geral
<b>Norte</b>	<b>59%</b>	15%	13%	6%	6%	0%	100%
<b>Centro</b>	25%	<b>57%</b>	1%	12%	5%	1%	100%
<b>LVT</b>	19%	<b>44%</b>	11%	13%	13%	0%	100%
<b>Alentejo</b>	11%	<b>38%</b>	33%	7%	10%	0%	100%
<b>Algarve</b>	10%	<b>86%</b>	2%	1%	1%	1%	100%
Total Geral	41%	34%	9%	8%	7%	0,3%	100%

Observando o Quadro 6, verifica-se que excetuando na região Norte, a Deficiência Motora é o tipo de Deficiência predominante, destacando-se as regiões do Algarve (86%) e do Centro com 57%. Nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (44%) e Alentejo 38%, muito embora seja o tipo de deficiência mais comum, existe uma distribuição pelas restantes tipologias.

Em contraponto, a Orgânica é a que maior peso assume na Região Norte com cerca de 59% do total de indivíduos a quem foi atribuído um produto de apoio.

Importa, igualmente, referir o peso dos Produtos de Apoio entregue a pessoas com Deficiência Visual, nas regiões do Alentejo, Norte e Lisboa e Vale do Tejo, de 33%, 13% e 11% respetivamente, bem como dos destinados a pessoas com Deficiências Auditivas em Lisboa e Vale do Tejo, com cerca de 13%.

### 3 - DISTRIBUIÇÃO POR ENTIDADES PRESCRITORAS

Em 2014, foram entregues nos Hospitais um total de 16.607 Produtos de Apoio, que abrangeram 14.078 doentes em situação de consulta externa. As tabelas que se seguem reportam a distribuição do número de produtos de apoio prescrito por entidade prescritora, em cada uma das quatro Administrações Regionais de Saúde existentes:

**Tabela 1 – Distribuição do número de Produtos de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS do Norte**

ENTIDADES PRESCRITORA	N.º Produtos Apoio
<b>ARS NORTE</b>	<b>8580</b>
Centro Hospitalar de São João, EPE	1735
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	226
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	482
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	26
Centro Hospitalar do Porto, EPE	915
Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, EPE	507
Centro Hospitalar Póvoa do Varzim / Vila do Conde, EPE	38
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	188
Hospital de Braga	297
Hospital Santa Maria Maior, EPE	8
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	2073
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	95
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	153

**Tabela 2 – Distribuição do número de Produtos de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS do Centro**

ENTIDADES PRESCRITORA	N.º Produtos Apoio
<b>ARS CENTRO</b>	<b>3485</b>
Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	850
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	111
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE - Hospital Infante D. Pedro	12
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	433
Centro Hospitalar Leiria Pombal, EPE	970
Centro Hospitalar Tondela Viseu, EPE	499
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	19
Hospital Infante D. Pedro, EPE	3
Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	489
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	67
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	32

**Tabela 3 – Distribuição do número de Produtos de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS de Lisboa e Vale do Tejo**

ENTIDADES PRESCRITORA	N.º Produtos Apoio
<b>ARS LISBOA E VALE DO TEJO</b>	<b>2238</b>
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	97
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	107
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	282
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	57
Centro Hospitalar do Oeste Norte	16
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	1005
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	57
Hospital Beatriz Ângelo	2
Hospital de Cascais	18
Hospital de Vila Franca de Xira	36
Hospital Distrital de Santarém, EPE	150
Hospital Garcia de Orta, EPE	224
Hospital Prof. Doutor Fernando da Fonseca, EPE	50
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	2
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	135

**Tabela 4 – Distribuição do número de Produtos de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS de Alentejo e Algarve**

ENTIDADES PRESCRITORA	N.º Produtos Apoio
<b>ARS ALENTEJO</b>	<b>337</b>
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	128
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	104
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	39
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	66
<b>ARS ALGARVE</b>	<b>1967</b>
Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul	1594
Centro Hospitalar do Algarve, EPE	373
<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>16607</b>

#### 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

No que se refere à execução financeira, o montante global de produtos entregues consumiu 4.399.605,36€, relativamente ao total atribuído de 6.000.000,00€, representando uma taxa de execução financeira de 73%.

Sobre este aspeto é de salientar que as regiões de Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Centro foram as que registaram valores de execução mais elevados. A região Norte registou uma execução total superior ao da região de Lisboa, mas foi também a região que mais Produtos de Apoio prescreveu a um maior número de pessoas. As regiões do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo representaram, em 2014, 34% do total de produtos entregues e cerca de 53% dos valores reportados pelas Instituições.

**Quadro 7 – Produtos de Apoio atribuídos e montantes reportados por ARS**

ARS	Montantes Reportados	%	N.º de Produtos Apoio atribuídos	%
Norte	1.452.042,98€	33%	8580	52%
Centro	1.088.630,09€	25%	3485	21%
LVT	1.226.234,28€	28%	2238	13%
Alentejo	162.184,07€	4%	337	2%
Algarve	470.513,93€	11%	1967	12%
Total Geral	4.399.605,36€	100%	16607	100%

Gráfico 6 - Valores reportados por Administração Regional de Saúde

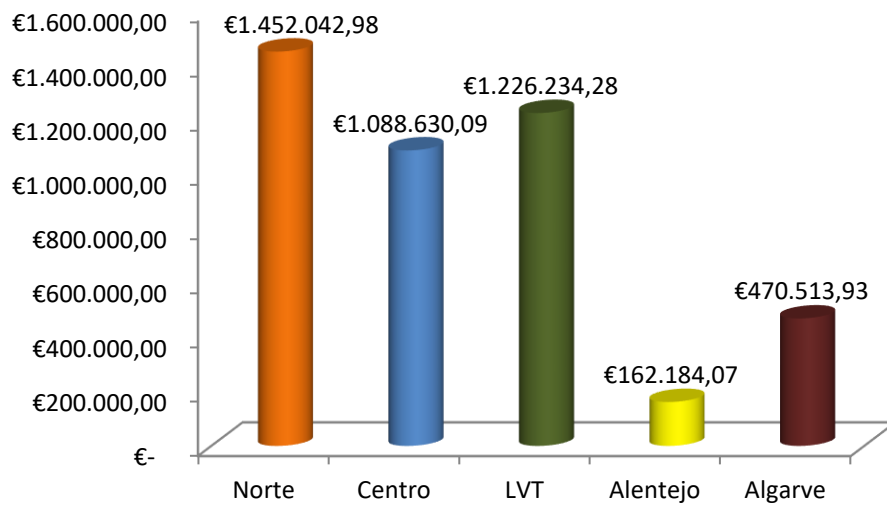
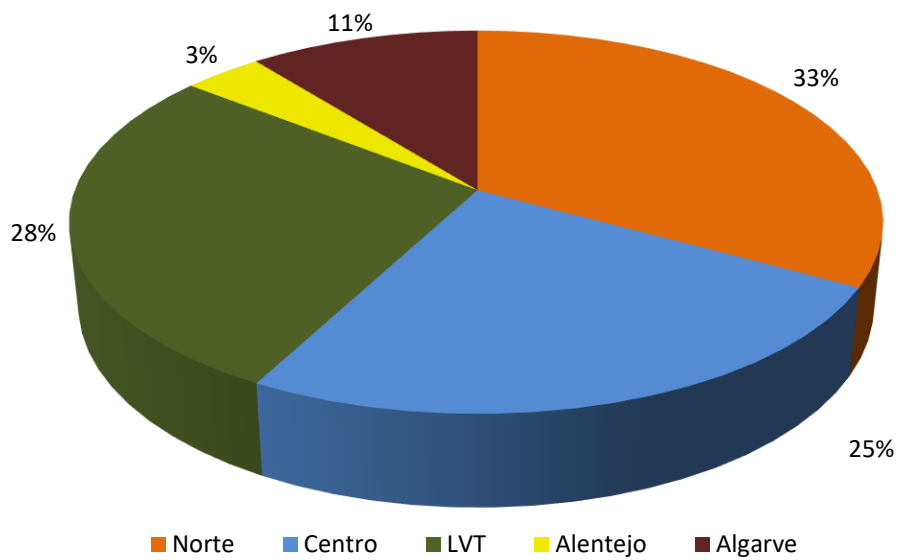


Gráfico 7 - Valores reportados por Administração Regional de Saúde (em percentagem)





## 5 – EM SÍNTESE

Em síntese, dos 16.607 Produtos de Apoio, disponibilizados pelos hospitais do SNS, 8.580 destinaram-se à região do Norte, 3.485 à região Centro, 2238 à região Lisboa e Vale do Tejo, 337 à região do Alentejo e 1.967 à região do Algarve.

Considerando a introdução do formulário eletrónico de registo por aquela Direção-Geral, foi possível obter uma maior uniformização da informação e, conseqüentemente, realizar a sua comparabilidade.

Importa, ainda, registar o atraso significativo verificado na atribuição do compromisso financeiro, a cargo do Departamento Financeiro da ACSS, I.P., aos pedidos registados pelas entidades no formulário eletrónico da DGS.

Com efeito, e não obstante a articulação informática entre a emissão do formulário e a atribuição do compromisso financeiro que é exigido, por lei, registaram-se atrasos significativos que terão motivado a não atribuição, em tempo oportuno e necessário, dos produtos entregues aos utentes.

Procedendo-se a uma análise sobre as entidades associadas a cada beneficiário, verifica-se que o SNS e ADSE representaram 98% do total de Produtos de Apoio disponibilizados em 2014.

Relativamente à categorização dos Produtos de Apoio disponibilizados em 2014, de acordo com a tipificação prevista no Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas, verifica-se que 4 categorias corresponderam a cerca de 84% do total de produtos entregues no ano de 2014, a saber: 06 – Ortóteses e próteses, 09 - Ajudas para cuidados pessoais e de proteção, 21 - Ajudas para comunicação, Informação e sinalização e 04 – Ajudas para tratamento clínico individual. A distribuição regional, com ligeiras diferenças, segue um padrão relativamente uniforme.

Da análise efetuada foi possível ainda apurar que, em 2014, o financiamento de 16.607 Produtos de Apoio, entregues em hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), teve a seguinte distribuição regional: Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte 8580, ARS do Centro 3485, ARS de Lisboa e Vale do Tejo 2238, ARS do Alentejo 337 e ARS Algarve 1967.

Às 14.078 pessoas com deficiências e/ou incapacidades apoiadas foram entregues um total de 16.607 Produtos de Apoio, dos quais 8.775 a utentes do sexo feminino (53%) e 7832, (47%) a utentes do sexo masculino.

Os produtos de apoio atribuídos em contexto hospitalar destinam-se, com maior percentagem, a pessoas com deficiência orgânica (37,2%), logo seguida das pessoas com deficiência motora (30,5%).

No que diz respeito às entidades prescritoras, verifica-se que foram os Hospitais/Centros Hospitalares os que mais prescrições realizaram. No tocante à execução financeira, o montante global reportado foi de 4.399.605,36€, relativamente ao total concedido de 6.000.000,00€ (cerca de 73%) da execução orçamental.

PARTE IV

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

1. PRODUTOS DE APOIO PRESCRITOS

No que respeita ao número de produtos de apoio prescritos por cidadão/cidadã, atente-se no Quadro abaixo onde se sinaliza o número de prescrições de produtos de apoio por pessoa, em 2014. A 25 beneficiários do Sistema, num total de 1.537, o ISS, I.P. financiou 7 produtos de apoio, a dois cidadãos financiou 14 produtos de apoio e a uma pessoa financiou 20 produtos de apoio. Naturalmente, este padrão de prescrição encontra-se associado a quadros de compromisso funcional/estrutural severo ou muito severo. No entanto, enquanto serviço financiador o ISS, I.P. não pode deixar de refletir na importância da disciplina da prescrição e financiamento de produtos de apoio, estritamente necessários à melhoria da funcionalidade e participação da pessoa com deficiência e incapacidade, tendo em conta os princípios da razoabilidade e da boa gestão dos dinheiros públicos. As situações de rácio elevado entre número de produtos/pessoa sugerem assimetrias resultantes de um maior acesso ao sistema, sendo que outros, por constrangimento orçamental, têm que continuar a aguardar o financiamento de produtos de apoio indispensáveis à sua qualidade de vida e garantia do direito de participação social.

Quadro n. 1 - Número de beneficiários com múltiplos PA financiados (N.º)

Quantidade de PA/Benef.	N. de Beneficiários
7	25
8	16
9	12
10	5
11	5
12	4
13	1
14	2
20	1
<b>Total</b>	<b>71</b>

**N = 1.537**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

## 2. UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DO ISS, I.P.

A Segurança Social veio assumindo, desde o início deste Sistema, um papel destacado, quer enquanto regulador, inicialmente com a Direção Geral da Segurança Social e posteriormente com o Instituto da Segurança Social, I.P., quer do ponto de vista operacional, ao garantir a atribuição de ajudas técnicas/produtos de apoio, prescritas pelos Centros de Saúde e pelos Centros Especializados, através dos seus Serviços Locais.

Em 01.03.2013, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P., foi aprovado o primeiro instrumento interno sistematizador de práticas de financiamento de produtos de apoio, o “Manual de Procedimentos para o Financiamento de Produtos de Apoio”.

Este Manual foi revisto e enriquecido por questões colocadas e contributos remetidos pelas/os técnicas/os dos territórios, sendo a sua revisão aprovada em 26.03.2014 por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P.

O Manual revisto foi divulgado a todos os CDist pelo Boletim informativo Semanal DDSP nº 11, de 31 Março 2014, entrando imediatamente em vigor. Foi igualmente publicitado na página do ISS, IP [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/157117/Manual\\_proc\\_finan\\_prod\\_apoio\\_maio\\_2013](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/157117/Manual_proc_finan_prod_apoio_maio_2013), para garantir a sua disponibilidade a todos os cidadãos.

O Manual de Procedimentos, legitimado pelo n.º 21 do Despacho n.º 5212/2014, de 11 de abril, veio clarificar a missão e os conceitos enquadradores do Sistema em vigor no ISS, I.P., definir as normas pelas quais se deve nortear o processo de atribuição/financiamento dos produtos de apoio, nomeadamente, requisitos e condições de acesso, especificar as regras de instrução e apreciação das candidaturas e enunciar as matérias relativas ao acompanhamento e monitorização deste Sistema.

## 3. REDE DE CENTROS PRESCRITORES ESPECIALIZADOS DO ISS, I.P.

Dando cumprimento ao art.º 7 do Decreto -Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, e ao n.º 12 do Despacho n.º 5128/2013, de 16 abril, o ISS, I.P. em 2013 constituiu a sua rede de Centros Prescritores.

A Rede de Centros Prescritores de Produtos de Apoio aprovada para o ano 2013 pela Deliberação n.º 82/13, de 07/05/2013, possuía 35 Centros Prescritores. Com a Deliberação n.º 176/14, de 02/10/2014, (disponível em [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/216206/Deliberacao\\_176\\_2014](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/216206/Deliberacao_176_2014)) a Rede de Centros Prescritores de Produtos de Apoio foi alargada a mais dois Centros Prescritores, passando assim a integrar 37 Centros Prescritores, a saber:

ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (delegações de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Vila Real, Viana do Castelo e Viseu)

APAC – Associação de Pais e Amigos de Crianças - Centro Especializado Dr. Sebastião Matos  
APCB – Associação de Paralisia Cerebral de Braga  
APCC – Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra  
APCC – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra  
APCE – Associação de Paralisia Cerebral de Évora  
APPC – Associação de Paralisia Cerebral de Faro  
APCE – Associação do Porto de Paralisia Cerebral  
APCVC – Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo  
APCG – Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães  
APCL – Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa  
APCVR – Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real  
APCV – Associação de Paralisia Cerebral de Viseu  
ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã  
Casa Pia de Lisboa – Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira  
Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II  
CERCICOA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social dos Concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar.  
CPCB – Centro de Paralisia Cerebral de Beja  
CRPCP – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto  
CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia  
Fundação Liga  
Instituto S. João de Deus – Hospital S. João de Deus  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian  
Santa Casa da Misericórdia do Porto – Hospital da Prelada Dr. Domingos Braga da Cruz  
Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde – Clínica de Medicina Física e Reabilitação da Vila do Conde  
Santa Casa da Misericórdia do Porto – Centro de Reabilitação do Norte (CRN)  
Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes (CRID)

Pese embora o empenho na sua construção, a Rede de Centros Prescritores do ISS, I.P. caracteriza-se ainda por uma fraca cobertura, não tendo alguns dos distritos um único Centro Prescritor sediado, como são os casos de Aveiro, Bragança, Guarda, Santarém, Portalegre e Setúbal. Sendo que, em alguns dos distritos que só possuem um Centro Prescritor, este não possui capacidade de resposta para as necessidades mais comuns dos cidadãos com deficiência e incapacidade.

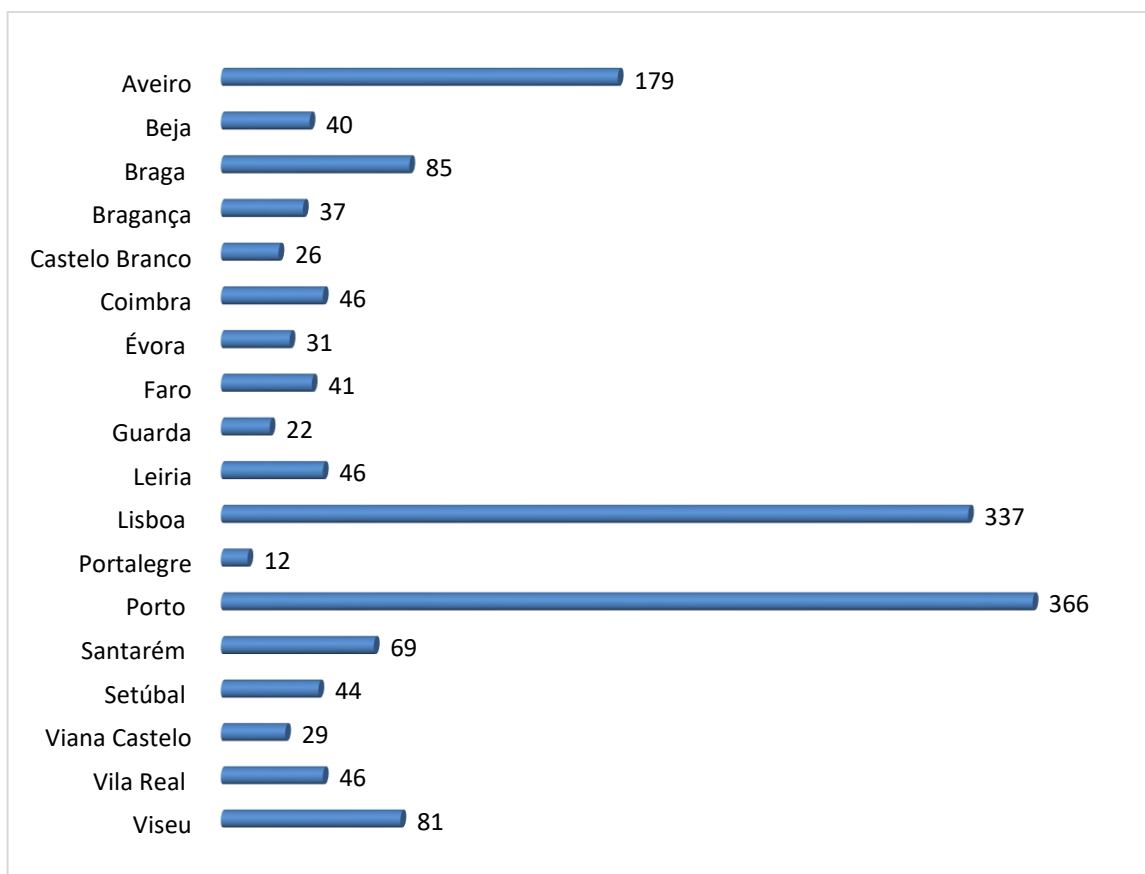
A Rede continua a apresentar, igualmente, fragilidades de resposta no que respeita às pessoas com deficiências sensoriais. Presumivelmente esta fragilidade está relacionada com as especificidades das intervenções que exigem equipas, matérias e equipamentos especializados que claramente só se encontram em respostas especializadas de saúde. Deste modo, tendencialmente as necessidades identificadas, foram encaminhadas, naturalmente, para os serviços de saúde.

#### 4- EXECUÇÃO 2014

##### 4.1- CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

No ano de 2014 foram apoiadas pelos CDist no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio um total de 1537 pessoas com deficiência e incapacidade, com a seguinte distribuição por distrito:

**Gráfico n.º 1 – Distribuição do número de beneficiários, por CDist do ISS, I.P. (N.º)**



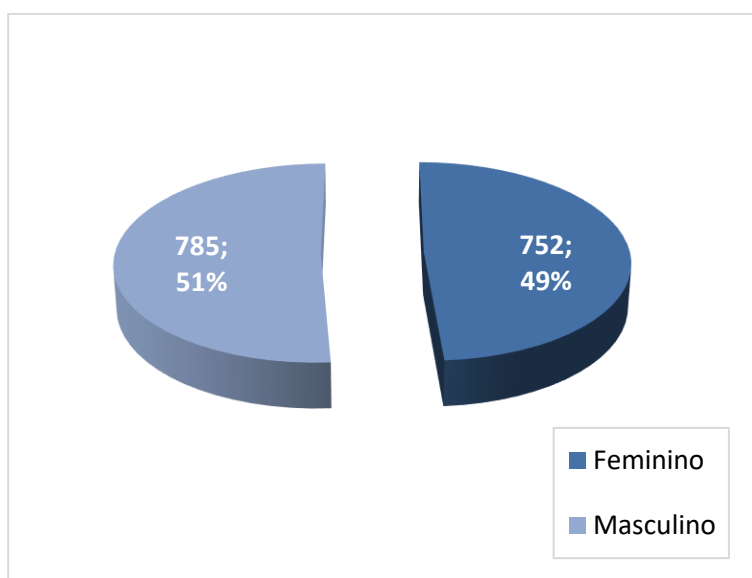
**N = 1.537**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

Os CDist do Porto e Lisboa foram aqueles que apoiaram mais beneficiários para aquisição de produtos de apoio. O CDist do Porto atribuiu produtos de apoio a 366 pessoas com deficiência e incapacidade, o CDist de Lisboa (incluindo aqueles produtos de apoio concedidos pela SCML) apoiou 337 pessoas. Aveiro atribuiu ajudas técnicas a 179 pessoas. O CDist que menos beneficiários apoiou foi Portalegre, tendo abrangido apenas 12 cidadãos.

No que se refere à distribuição dos beneficiários apoiados, por género, verifica-se uma distribuição equiparada, com uma ligeira preponderância nacional do género masculino (51% homens e 49% mulheres).

**Gráfico n.º 2 – Distribuição do número de beneficiários por sexo (N.º e %)**

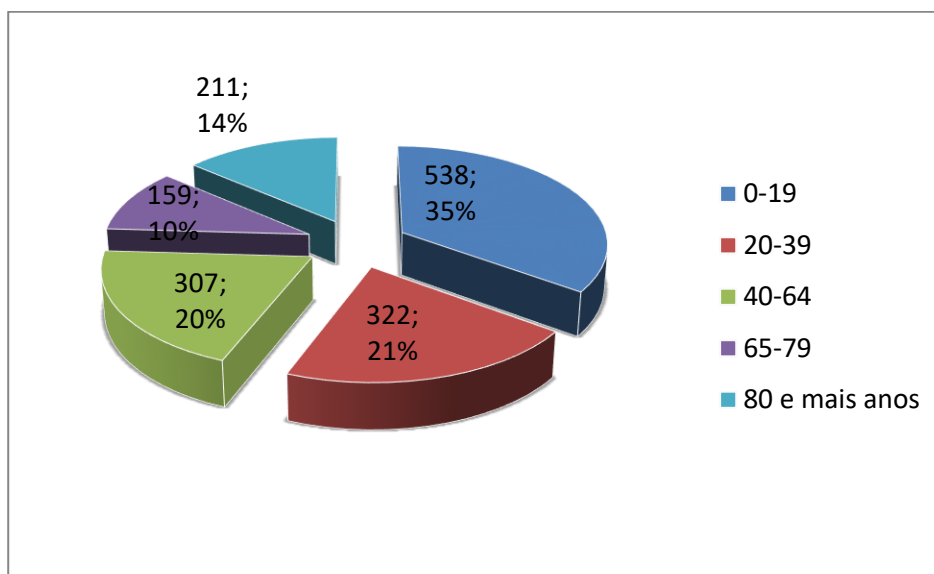


**N = 1.537**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

Da análise do gráfico seguinte, onde se sistematiza a informação relativa aos beneficiários dos produtos de apoio, por escalão etário, caracterizados com base nas etapas de vida: podemos verificar que o escalão que agrega as fases de infância e juventude (0-19) se constituiu como o grupo que abrangeu mais beneficiários, 538, seguido do intervalo dos jovens adultos (20-39), com 322 beneficiários, assumindo-se o apoio às pessoas com mais idade (que resulta da soma dos escalões 65-79 com o grupo dos 80 anos e mais anos) como o terceiro grupo mais apoiado. Finalmente, com 370 beneficiários, no intervalo dos adultos, 40-64 anos, foram apoiados 307 cidadãos com deficiência ou incapacidade.

Gráfico n.º 3 – Distribuição do n.º de beneficiários por escalão etário (N.º e %)



**N = 1.537**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

Esta distribuição por escalão etário, não deixa de provocar algumas inquietações na reflexão sobre a arquitetura deste Sistema, na medida em que o grupo etário mais apoiado, 0-19 anos, deveria estar naturalmente, coberto num primeiro momento, pelo financiamento do Ministério da Saúde, pois afigura-se que, certamente a larga maioria das crianças e jovens aqui apoiadas são acompanhados em consultas de desenvolvimento nas respetivas áreas de compromisso funcional e/ou estrutural. Sendo ainda que, subsidiariamente, e porque frequentam um qualquer estabelecimento de ensino, deveriam estar coberto, noutras dimensões, pelo financiamento do Ministério da Educação. A pressão que este grupo etário exerce sobre o orçamento da segurança social é claramente desproporcionada face às respostas que lhes teriam que ser prestadas, a jusante, pelos outros financiadores deste Sistema.



**Quadro 2 - Distribuição do n.º de beneficiários por escalão etário, por CDist do ISS, I.P (N.º)**

Centro Distrital	0-19	20-39	40-64	65-79	80 e mais anos	Total
Aveiro	46	42	35	25	31	179
Beja	7	8	15	4	6	40
Braga	27	22	20	8	8	85
Bragança	4	3	6	7	17	37
Castelo Branco	17	8	1	0	0	26
Coimbra	16	12	11	2	5	46
Évora	6	7	9	4	5	31
Faro	17	12	5	5	2	41
Guarda	8	5	4	1	4	22
Leiria	18	7	10	5	6	46
Lisboa	111	65	65	37	59	337
Portalegre	2	3	5	2	0	12
Porto	167	62	65	31	41	366
Santarém	19	12	14	13	11	69
Setúbal	15	14	11	4	0	44
Viana Castelo	14	6	4	2	3	29
Vila Real	13	19	9	2	3	46
Viseu	31	15	18	7	10	81
<b>Total</b>	<b>538</b>	<b>322</b>	<b>307</b>	<b>159</b>	<b>211</b>	<b>1537</b>

**N = 1.537**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

Numa primeira leitura constata-se que os CDist do Porto e Lisboa foram os que apoiaram mais beneficiários no escalão etário dos 0-19. Viseu também apresenta um investimento importante neste escalão etário.

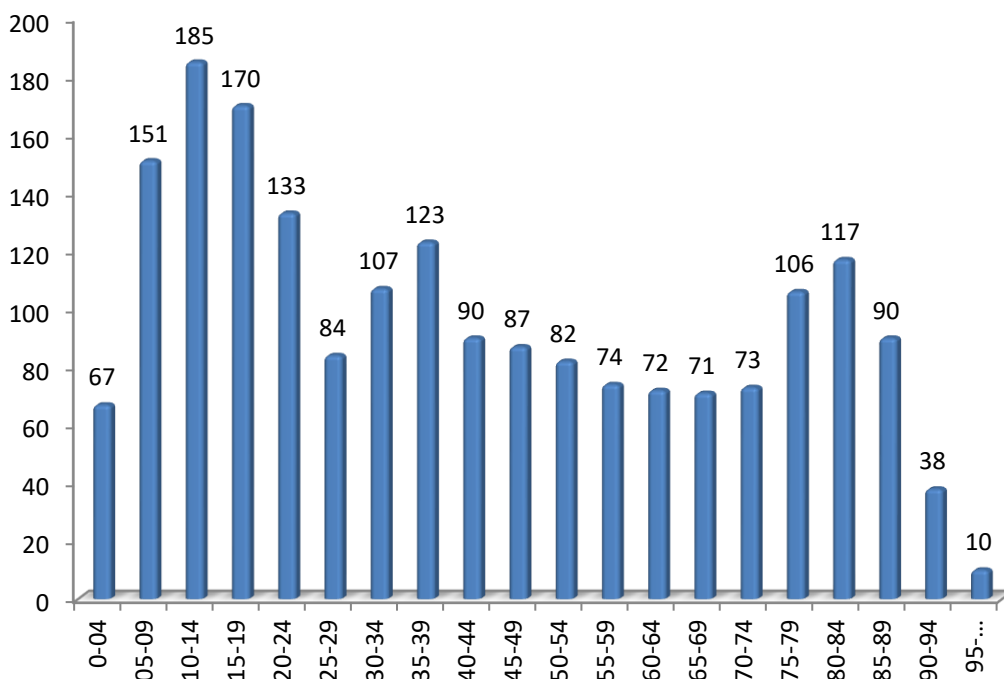
Noutra perspectiva, destaca-se o CDist de Bragança, onde os grupos mais apoiados foram os 65-79 e 80 e mais anos, o que é compaginável com o envelhecimento populacional dos territórios abrangidos por aquele CDist. Também os CDist de Santarém e Aveiro financiaram, no conjunto dos dois grupos etários já referido atrás mais produtos do que no grupo das crianças e jovens.

Numa leitura mais fina da distribuição dos produtos de apoio por grupo etário, por grupos com 4 anos de intervalo (conforme gráfico seguinte), confirma-se a tendência verificada anteriormente por escalão etário: os grupos etários mais apoiados foram o dos 10-14, com 185 crianças apoiadas, o dos 15-19 com 170 jovens apoiados e o grupo dos 05-09 anos, com 151 crianças apoiadas.

Identificam-se no gráfico seguinte, alguns picos que se revestem de interesse, nomeadamente o grupo 35-39, que integra claramente uma idade expectavelmente da vida profissional ativa e que poderiam ter, por isso, sido apoiados pelo IEFP, I. P.. Se tal não aconteceu certamente encontram-se sem enquadramento na formação e no emprego. De entre os de mais idade, o grupo etário 80-84 anos, foi o que mais recorreu aos Serviços de Segurança Social.

**Gráfico n.º 4 – Distribuição do n.º de beneficiários por grupo etário**

(N.º)



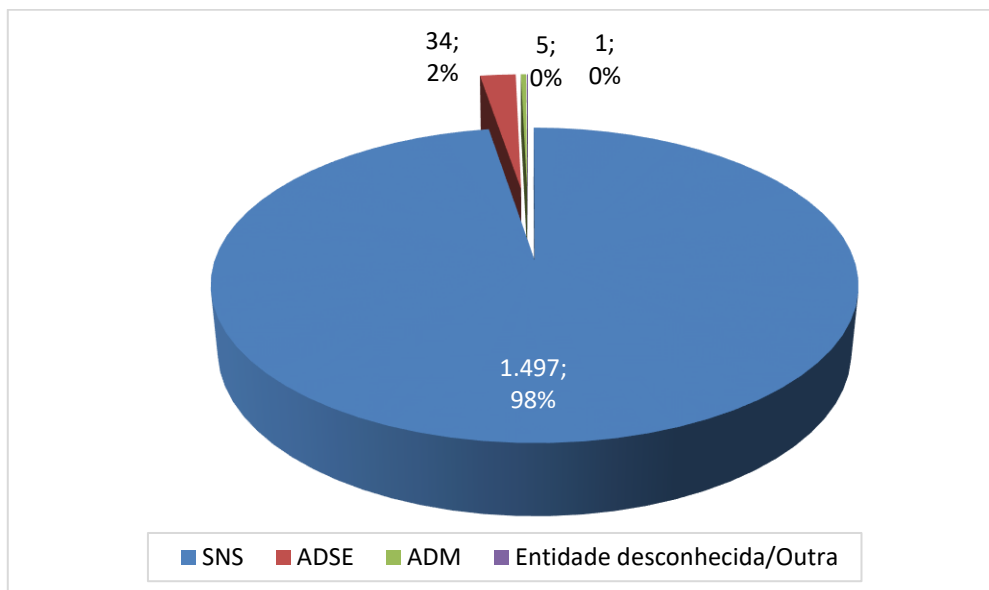
**N = 1.537**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

Como pode verificar-se no gráfico seguinte, larga maioria das pessoas com deficiência e incapacidade apoiadas na aquisição de produtos de apoio pelo ISS, I.P. são utentes do SNS. Os beneficiários de subsistemas de saúde apresentam valores residuais.

**Gráfico n.º 5 – Distribuição do n.º de beneficiários por sistema e subsistemas de saúde**

(N. e %)



**N = 1.537**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

Refira-se, a propósito desta matéria, que o Despacho n.º 5212/2014, de 11 de abril, vem excluir, por ausência de referência, do articulado do seu n.º5 “O financiamento é de 100% quando o Produto de Apoio (Ajuda Técnica) não consta nas tabelas de reembolso do subsistema de saúde de que o cidadão é beneficiário, ou quando não é participado por companhia seguradora” qualquer reembolso por parte do SNS, que do ponto de vista legal era sempre referenciado, ainda que pudesse não ser já uma prática dos últimos anos.

Para a caracterização dos beneficiários por tipo de deficiência importa ter em conta, que durante o ano de 2014 vigoraram duas fichas de prescrição o que condicionou a existência de dois mapas síntese das Ajudas Técnicas financiadas:

- O primeiro, que constitui o Anexo II do Despacho n.º 5128/2013, de 16 de abril, identifica 6 tipos de deficiência, a saber: 1-motora, 2-visual, 3-auditiva, 4-mental, 5-orgânica e 6-outra. Esta classificação, porque redutora ao não contemplar quadros de multideficiência, que teriam de ser agregados no inespecífico grupo “outra” (o que não traria grande valor informativo, na medida em que este grupo se tornaria o maior grupo abrangido), levou a que fosse assumido pelo ISS, I.P., na sistematização apresentada, um sétimo grupo para agregar os sinalizados como pessoas com mais do que uma deficiência.

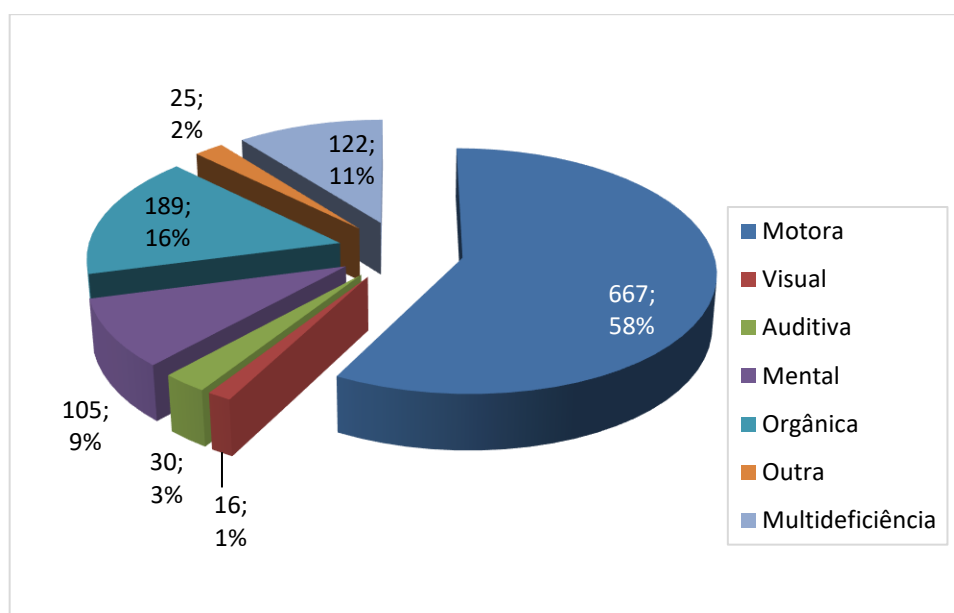
- O segundo, que constitui o Anexo II do Despacho n.º 5212/2014 de 11 de abril, adota, à semelhança do que acontece com a ficha de prescrição, o modelo CIF – Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - para a caracterização da deficiência e incapacidade do cidadão.

Assim, foi substituída a coluna “tipo de deficiência” por duas colunas referentes a “alterações de função (4)” e “alterações de estrutura (5)”.

Deste modo, para o financiamento de produtos de apoio que tiveram por base a ficha de prescrição em vigor até 1 de maio de 2014, foi utilizado o primeiro mapa, sendo que para as prescrições com emissão posterior àquela data foi utilizado o segundo mapa.

Os apuramentos possíveis foram assim:

**Gráfico n.º 6 – Distribuição do número de beneficiários por tipo de deficiência (N.º e %)**



**N = 1.154**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

A tipologia de deficiências e incapacidades mais frequente entre os beneficiários apoiados é, claramente, a deficiência motora (58%), seguindo-se a deficiência orgânica (16%), a multideficiência (11%) e a deficiência mental (9%). As deficiências sensoriais (auditiva, 3% e visual,

1%) representam, no total, 4% dos beneficiários. O grupo incharacterístico “outra”, classifica a deficiência ou incapacidade de 2% do total dos cidadãos apoiados.

A classificação CIF tem por objetivo descrever situações relacionadas com a funcionalidade da pessoa e as restrições que enfrenta num determinado contexto.

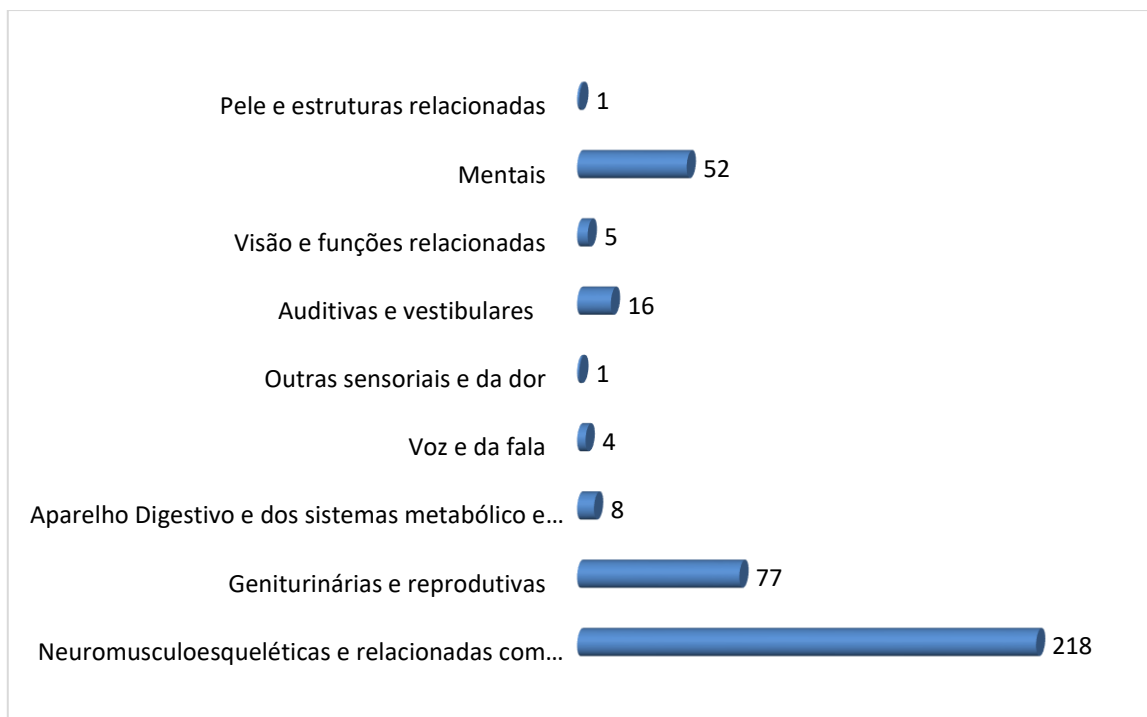
Pela linguagem e conceitos que introduz não classifica as pessoas, tal como ocorria no modelo anteriormente adotado, mas caracteriza-se a funcionalidade e a incapacidade, associadas a alterações das funções e/ou estruturas, o que resulta da interação entre a pessoa com deficiência e as condições do meio.

Os apuramentos realizados nos quadros seguintes, onde se caracterizam as pessoas segundo o comprometimento das funções e estruturas do corpo, pecam pela sua descontextualização e pela sua singeleza, pois a cada pessoa, para efeitos estatísticos, só foi atribuída um compromisso de estrutura e/ou função quando, em regra, poderiam ser múltiplos os sinalizados nas fichas de prescrição.

As funções do corpo são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções mentais) que na CIF organizam-se em 8 domínios, mas nos mapas aprovados são identificados 10 domínios: funções mentais; funções da visão e funções relacionadas; funções auditivas e vestibulares; outras sensoriais e da dor; funções da voz e da fala; funções do aparelho cardiovascular, respiratório e sistemas hematológico e imunológico; funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino; funções geniturinárias e reprodutivas; funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento e funções da pele e estruturas relacionadas.

Das 382 pessoas classificadas com alterações das funções, 218 apresentam alterações neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento, 77 apresentam compromissos nas funções geniturinárias e reprodutivas e, 52 apresentam compromisso ao nível das funções mentais.

**Gráfico n.º 7 – Distribuição do número de beneficiários por alteração da função (N.º)**



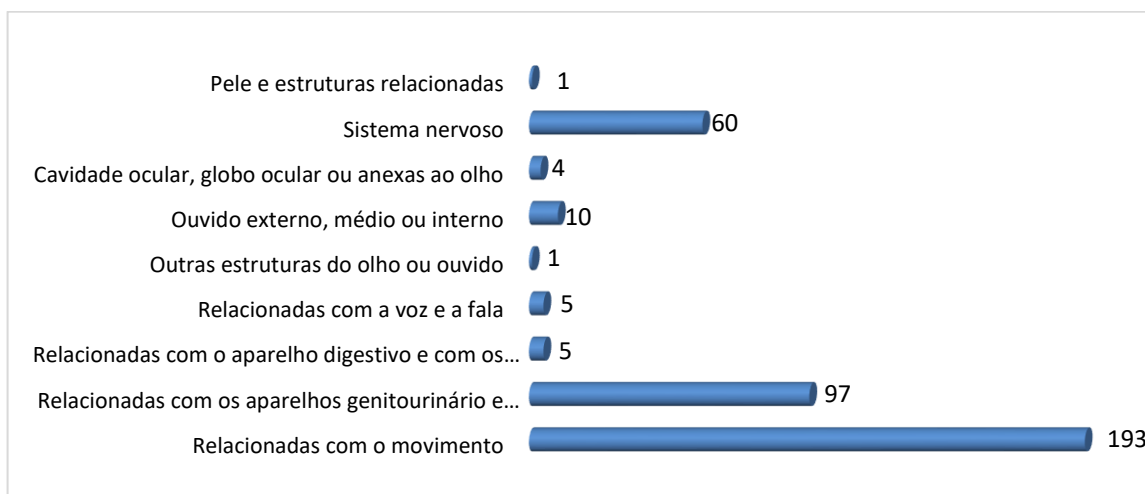
**N = 382**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

As estruturas do corpo são as partes anatómicas, tais como órgãos, membros e seus componentes, sendo que na CIF organizam-se em 8 domínios, mas nos mapas aprovados são apresentadas 10 domínios: estruturas do sistema nervoso; estruturas da cavidade ocular, globo ocular ou anexas ao olho; estruturas do ouvido externo, médio ou interno; outras estruturas do olho e do ouvido; estruturas relacionadas com a voz e fala; estruturas do aparelho cardiovascular, do sistema imunológico e do aparelho respiratório; estruturas relacionadas com o aparelho digestivo e com os sistemas metabólicos e endócrino; estruturas relacionadas com os aparelhos geniturinário e reprodutivo; estruturas relacionadas com o movimento e pele e estruturas relacionadas.

Das 376 pessoas apuradas com alterações das estruturas, 193 apresentam alterações relacionadas com o movimento, 97 relacionadas com os aparelhos geniturinário e reprodutivo, 60 com a estrutura do sistema nervoso e 10 com alterações ao nível da estrutura do ouvido externo, médio ou interno.

**Gráfico n.º 8 – Distribuição do número de beneficiários por alteração da estrutura (N.º)**



**N = 376**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

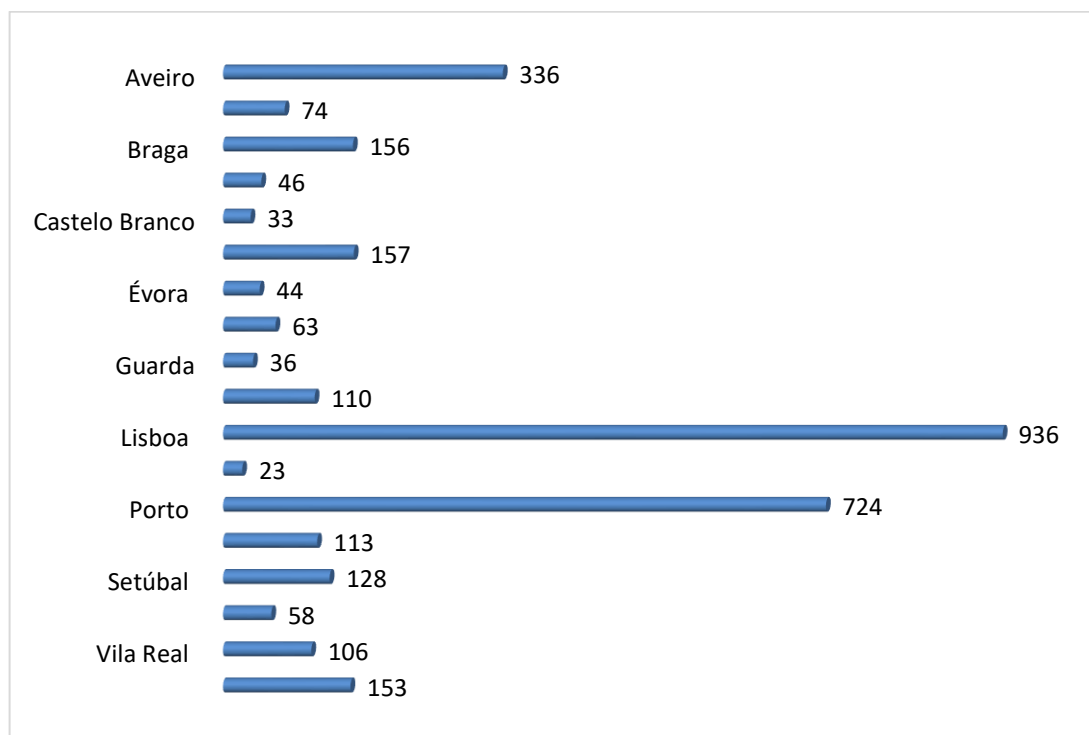
#### 4.2 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO

Os produtos de apoio financiados em 2014 integram o Anexo I do Despacho n.º 16313/2012, de 21 de dezembro e a partir de 2 de dezembro os prescritos ao abrigo do Despacho n.º 14278/2014, de 26 de novembro.

Os produtos de apoio que constam da lista homologada são prescritos por ato médico, ou por equipa multidisciplinar, em consulta externa. No âmbito do ISS, I.P., as prescrições podem ser provenientes do Sistema de Nacional Saúde, através dos seus Centros de Saúde, ou de Centros Especializados que integram as Deliberações n.º 82/13, de 07/05/2013 e n.º 176/14, de 02/10/2014, do CD do ISS, IP.

Do apuramento realizado pelos CDist e SCML identificamos que, em 2014, foram atribuídos 3.296 produtos de apoio.

**Gráfico n.º 9 – Distribuição do número de produtos de apoio financiados, por CDist do ISS, I.P. (N.º)**



**N= 3.296**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

Numa primeira leitura verifica-se que os CDist de Lisboa e Porto se destacaram, como expectável, pelo número de produtos atribuídos, 936 por Lisboa, incluindo os atribuídos pela SCML, e 742 pelo Porto.

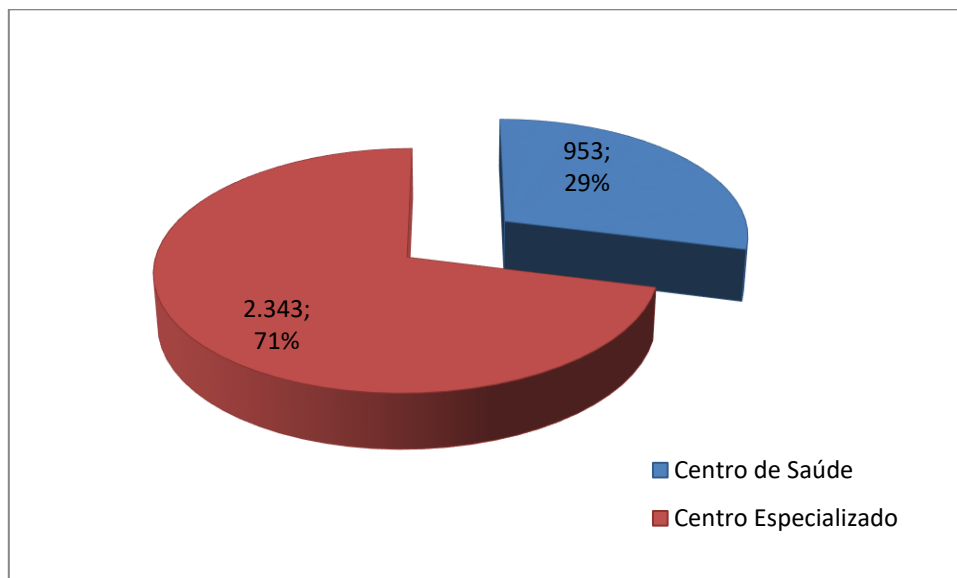
É também verificado que Aveiro mantém-se como terceiro CDist com elevado número de produtos de apoio financiados, 336, seguido pelos CDist de Coimbra, com 157, Braga, com 156, Viseu, com 153 e Setúbal com 128.

As execuções mais baixas registaram-se nos CDist de Portalegre, 23, Castelo Branco, 33, e Guarda, 36.

Dos produtos de apoio financiados pelo ISS, I.P., cerca de 71% resultaram de prescrições provenientes de Centros Prescritores e 29% de Centros de Saúde. Estes dados demonstram uma inversão na tendência verificada até 2013, quando a prescrição era maioritariamente proveniente dos Centros de Saúde, o que decorre indubitavelmente das alterações introduzidas pela lista homologada, anexa ao Despacho n.º 16313/2012, de 21 de dezembro, que diminuiu, razoavelmente, o número de produtos de apoio que podem ser prescritos pelos médicos daquelas Unidades de Saúde.



Gráfico n.º 10 – Distribuição do número de produtos de apoio por entidade prescritora (N.º e %)

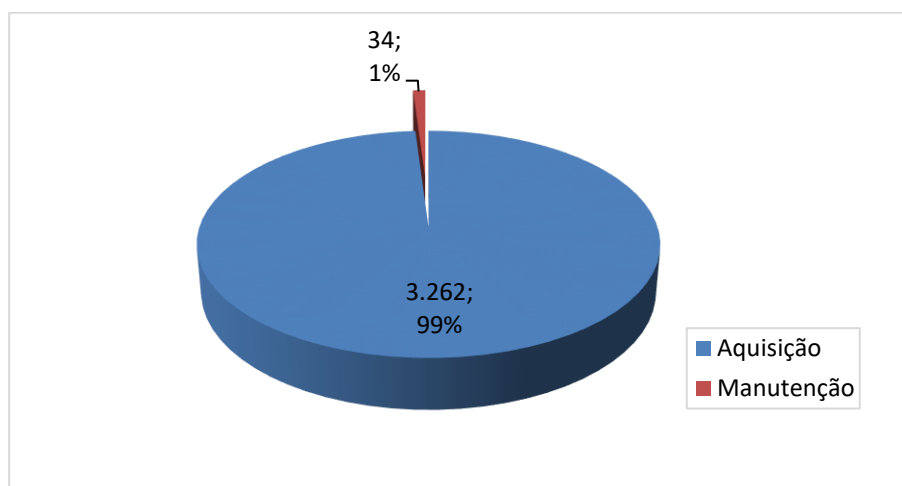


**N= 3.296**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

Como pode verificar-se no gráfico abaixo, no âmbito dos processos de solicitação de produtos apresentados em 2014, a quase totalidade foi relativa a pedidos para aquisição de novos produtos de apoio, cerca de 99%; a solicitação de produtos com o objetivo de manutenção de equipamentos pré-existent é absolutamente residual, sendo de apenas 34 produtos de apoio, num universo de 3.296. De relevar que se enquadram no âmbito da manutenção dos produtos de apoio os custos decorrentes com a adaptação e reparação, bem como o financiamento de pilhas e baterias necessárias ao funcionamento de alguns produtos, desde que prescritos nos mesmos moldes que para a aquisição.

**Gráfico n.º 11 – Distribuição do número de produtos de apoio por finalidade (N.º e %)**



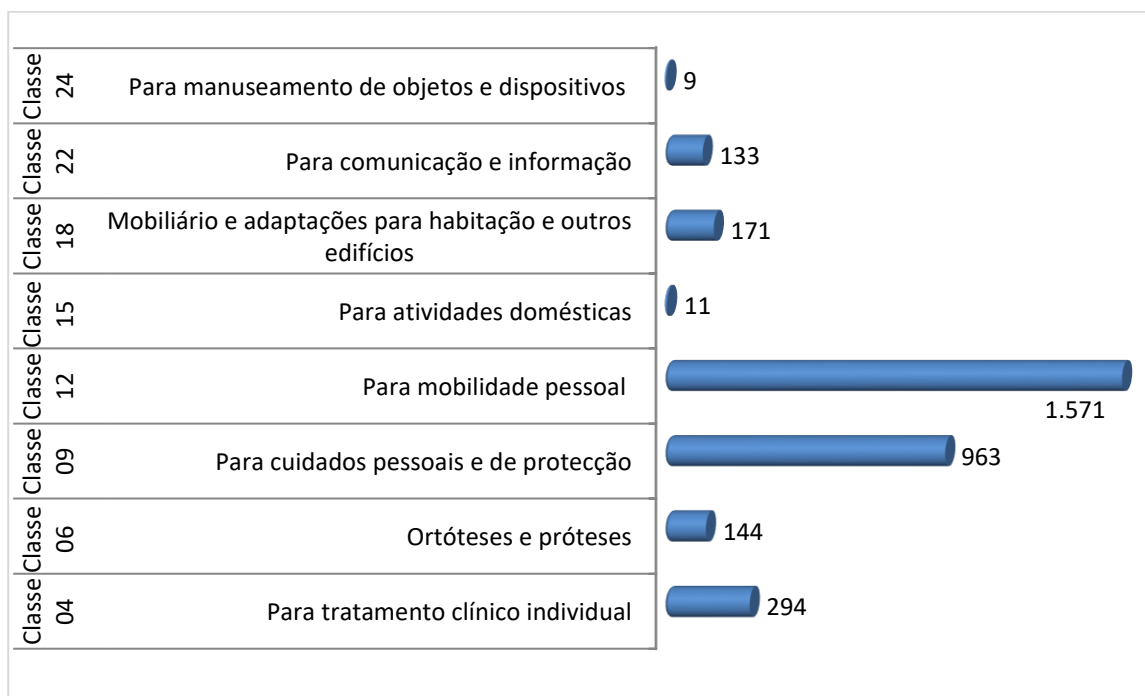
**N= 3.296**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

De acordo com a lista homologada, anexa ao Despacho n.º 16313/2012, de 21 de dezembro, e Despacho n.º 14278/2014, de 26 de novembro, não existe nenhum ISO que se integre na Classe 27. A Classe 30 é exclusivamente financiada pelo IEFP, I.P.

Nos quadros que se seguem será possível verificar a execução física dos produtos de apoio financiados, em 2014, por Classe ISO e por CDist.

**Gráfico n.º 12 – Distribuição dos produtos de apoio, por Classe ISO (N.º)**



**N= 3.296**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

No gráfico anterior podemos verificar que, ao nível nacional, ocorreu uma grande diversidade na atribuição e financiamento de produtos de apoio. As maiores concentrações por Classe verificaram-se na Classe 12: Produtos de apoio para mobilidade pessoal, com 1.571 produtos financiados, e na Classe 09: Produtos de apoio para cuidados pessoais e proteção, com 963 produtos financiados.

As Classes 4: Produtos de apoio para tratamento clínico individual, 18: Mobiliário e adaptações para habitação e outros edifícios, 6: Ortóteses e próteses e 22: Produtos de apoio para comunicação e informação, com 294 produtos, 171, 144 e 133, respetivamente, registaram valores intermédios.

As Classes de menor expressão foram a Classe 24: Produtos para manuseamento de objetos e dispositivos, 9, e a Classe 15: Produtos de apoio para atividades domésticas, onde se registaram 11 produtos financiados. Na Classe 05: Produtos de apoio para treino de competências, não foram registados quaisquer produtos.

Verificamos assim, à semelhança de anos anteriores, a manutenção do investimento do ISS, IP, no grupo dos produtos de apoio para mobilidade pessoal que integram produtos de apoio para a marcha como: carros e suas adaptações, cadeiras de rodas e seus acessórios, produtos de apoio para transferência e mudança de posição e para elevação e orientação (Classe 12), bem como nos produtos dirigidos à higiene e cuidados pessoais que integram: produtos de apoio para vestir e despir, para proteção do corpo, traqueostomia, ostomia e incontinência (Classe 09).

(N.º)

	04	06	09	12	15	18	22	24	Total
<b>Aveiro</b>	22	10	111	152	0	20	20	1	336
<b>Beja</b>	2	4	35	27	0	6	0	0	74
<b>Braga</b>	6	12	43	73	6	3	13	0	156
<b>Bragança</b>	2	0	36	7	0	1	0	0	46
<b>Castelo Branco</b>	2	3	2	20	0	3	3	0	33
<b>Coimbra</b>	16	7	10	108	0	7	9	0	157
<b>Évora</b>	6	1	19	11	0	3	4	0	44
<b>Faro</b>	1	1	28	26	1	1	5	0	63
<b>Guarda</b>	4	1	12	17	0	1	1	0	36
<b>Leiria</b>	12	4	23	68	0	3	0	0	110
<b>Lisboa</b>	107	48	223	493	1	29	30	5	936
<b>Portalegre</b>	1	3	1	14	0	0	4	0	23
<b>Porto</b>	60	27	247	328	1	40	21	0	724
<b>Santarém</b>	14	6	44	36	1	7	2	3	113
<b>Setúbal</b>	10	0	17	87	0	5	9	0	128
<b>Viana Castelo</b>	7	1	9	18	0	14	9	0	58
<b>Vila Real</b>	9	8	17	61	0	10	1	0	106
<b>Viseu</b>	13	8	86	25	1	18	2	0	153
<b>Total</b>	<b>294</b>	<b>144</b>	<b>963</b>	<b>1.571</b>	<b>11</b>	<b>171</b>	<b>133</b>	<b>9</b>	<b>3296</b>

**N= 3.296**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

Quanto à distribuição de produtos de apoio financiados por classe ISO e por CD, verifica-se que o CDist que financiou mais produtos de apoio foi Lisboa, com 936 produtos, seguindo-se o Porto com 724, e Aveiro com 336. Por oposição, os CDist de Portalegre, Castelo Branco e Guarda foram aqueles que financiaram menos produtos de apoio, respetivamente com 23, 33 e 36 produtos.

Se nos centrarmos nas duas Classes de maior execução, 12 e 09 podemos verificar, no quadro abaixo, o seu peso percentual (47,66% e 29,22%) relativamente ao total de produtos financiados por CDist.

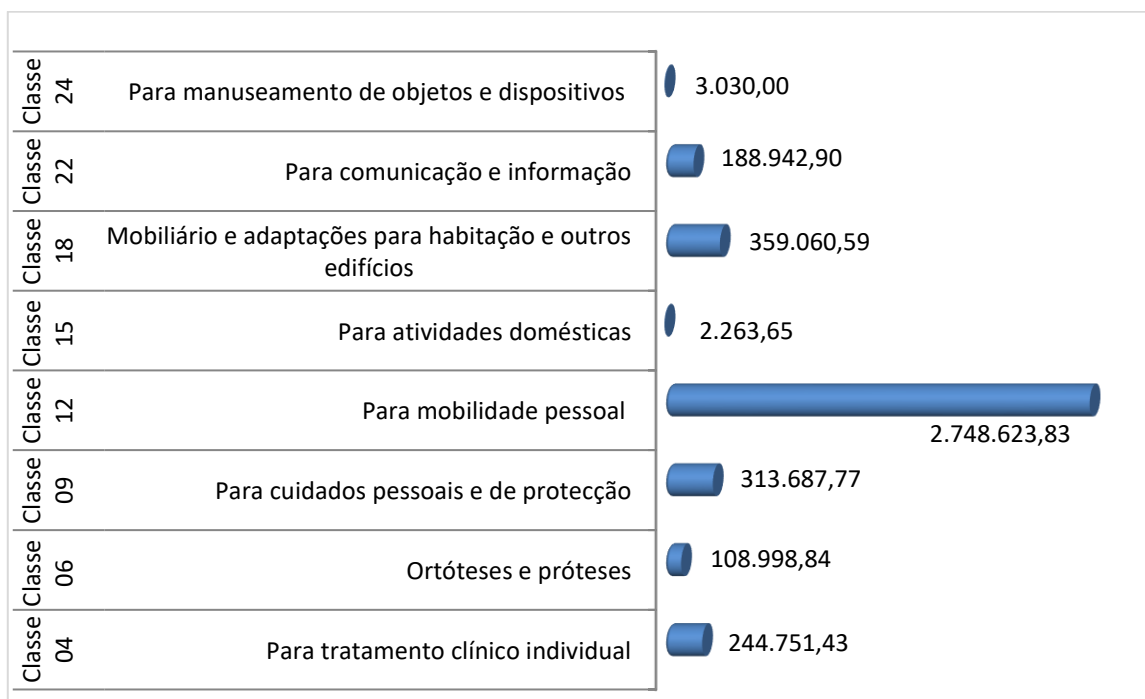
**Quadro 4 - Distribuição dos produtos de apoio, por Classe ISO 09 e 12, por CDist do ISS, I.P. (%)**

	09	12	Total (9 + 12)
<b>Aveiro</b>	33,04%	45,24%	78,27%
<b>Beja</b>	47,30%	36,49%	83,78%
<b>Braga</b>	27,56%	46,79%	74,36%
<b>Bragança</b>	78,26%	15,22%	93,48%
<b>Castelo Branco</b>	6,06%	60,61%	66,67%
<b>Coimbra</b>	6,37%	68,79%	75,16%
<b>Évora</b>	43,18%	25,00%	68,18%
<b>Faro</b>	44,44%	41,27%	85,71%
<b>Guarda</b>	33,33%	47,22%	80,56%
<b>Leiria</b>	20,91%	61,82%	82,73%
<b>Lisboa</b>	23,82%	52,67%	76,50%
<b>Portalegre</b>	4,35%	60,87%	65,22%
<b>Porto</b>	34,12%	45,30%	79,42%
<b>Santarém</b>	38,94%	31,86%	70,80%
<b>Setúbal</b>	13,28%	67,97%	81,25%
<b>Viana Castelo</b>	15,52%	31,03%	46,55%
<b>Vila Real</b>	16,04%	57,55%	73,58%
<b>Viseu</b>	56,21%	16,34%	72,55%
<b>Total</b>	<b>29,22%</b>	<b>47,66%</b>	<b>76,88%</b>

Ainda relativamente a estas 2 classes 09 e 12 podemos constatar que: em Coimbra, Setúbal e Leiria o peso relativo dos produtos que integram a Classe 12, registe execuções superiores a 60%. No que respeita à Classe 9, que integra o produto com a classificação ISO 093034 – “produtos de apoio usados no corpo para absorção de urina e fezes”, comumente designados por fraldas, é interessante verificar a variação distrital do seu financiamento, que assume um peso muito elevado nos distritos de Bragança, 78% e Viseu 56%. Apresentando, por outro lado, uma execução meramente residual em Portalegre, 4%, Castelo Branco, 6%, e Coimbra, também com 6%.

Tal variação parece refletir a adoção de critérios diversos relativos a este produto de apoio, o que será seguramente considerado no âmbito da ambição do ISS, I.P., de que os cidadãos sejam tratados em condições de paridade no território nacional.

**- Gráfico n.º 13 – Distribuição dos produtos de apoio, por Classe ISO - Execução Financeira (€)**



**N= 3.296**

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos CDist ao DDSP.

No gráfico acima podemos apreciar a distribuição da execução por Classes ISO em função da execução financeira.

A Classe que apresenta maior execução financeira é a Classe 12 (2.748.623,83), (que coincide com a maior execução física, 1.571), o que atesta o custo elevado dos produtos para ajudas à mobilidade pessoal, onde se integram as cadeiras de rodas e seus acessórios e as adaptações automóveis e, representa mais do óctuplo do executado na Classe 09, que registou o segundo maior número de produtos de apoio financiados, com 963 PA, com apenas uma execução de 313.687,77€.

A Classe 18 apresenta a segunda maior execução financeira, 359,060,59€, com uma execução física de 171 PA, do que resulta um valor médio, por PA, de cerca de 2.000€.

A Classe 15: Produtos de apoio para atividades domésticas; apresenta a menor execução financeira, 2.263,65€, com uma execução física de 11 produtos de apoio.

#### 4.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

De acordo com os elementos facultados pelo Núcleo de Gestão Orçamental, do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro (DGCF), em articulação com os apuramentos do DDSP, o orçamento programado para a despesa a efetuar no ano 2014, na rubrica económica das Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio, foi de 4.000.238,26 €, com a distribuição plasmada no quadro abaixo.

**Quadro n.º 5 – Dotação, valor executado e taxa de execução, por CDist. do ISS, I.P. (€ e %)**

Centros Distritais	Orçamento 2014		
	Dotação	Executado em 2014 - DGCF	Taxa de Execução 2014
<b>Aveiro</b>	345.078,90 €	345.078,90 €	100%
<b>Beja</b>	60.255,45 €	60.255,45 €	100%
<b>Braga</b>	239.292,98 €	239.292,98 €	100%
<b>Bragança</b>	55.959,67 €	55.959,67 €	100%
<b>Castelo Branco</b>	96.765,76 €	96.765,76 €	100%
<b>Coimbra</b>	155.984,22 €	155.984,22 €	100%
<b>Évora</b>	75.965,31 €	75.965,31 €	100%
<b>Faro</b>	140.057,72 €	140.057,72 €	100%
<b>Guarda</b>	48.300,14 €	48.300,14 €	100%
<b>Leiria</b>	174.963,54 €	174.963,54 €	100%
<b>Lisboa</b>	919.033,48 €	919.033,48 €	100%
<b>Portalegre</b>	29.852,41 €	29.852,41 €	100%
<b>Porto</b>	996.386,05 €	996.386,05 €	100%
<b>Santarém</b>	109.899,23 €	109.899,23 €	100%
<b>Setúbal</b>	176.979,23 €	176.979,23 €	100%
<b>Viana Castelo</b>	95.654,62 €	95.654,62 €	100%
<b>Vila Real</b>	165.049,34 €	165.049,34 €	100%
<b>Viseu</b>	114.760,21 €	114.760,21 €	100%
<b>Total</b>	<b>4.000.238,26 €</b>	<b>4.000.238,26 €</b>	<b>100%</b>

Fonte: DDSP e Núcleo de Gestão Orçamental, do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro do ISS, I.P

Como pode verificar-se em 2014 a execução foi de 100% o que resultou de um acompanhamento mensal do DDSP às execuções dos CDist e da estreita articulação com o DGCF. A prática adotada permitiu a máxima rentabilização da dotação orçamental, com reforços finais no último trimestre do

ano, o que possibilitou instalar uma dinâmica de transferências entre CDist, nesta rúbrica, por vezes de apenas algumas dezenas de euros para permitir acertar valores para concluir o máximo de processos de financiamento de produtos de apoio. Refira-se que a dotação/execução foi ultrapassada em 238,26€.

Ainda no que respeita à execução financeira importa reportar a situação de exceção ocorrida em 2013 e reportada no respetivo relatório. A transferência do montante atribuído à SCML pelo CDist de Lisboa, no âmbito de protocolo firmado entre aquelas entidades, para o ano de 2013 ocorreu apenas em fevereiro de 2014. Assim, embora a execução física tenha sido, naturalmente, reportada no relatório de 2013, a execução financeira está, no entanto, refletida no quadro anterior, nas contas de 2014, onde no CDist de Lisboa estão imputados os 207.157,73€ relativos à concretização da SCML em 2013.



#### 4.4 - SÍNTESE CONCLUSIVA

No âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio e de acordo com a análise dos mapas síntese enviados pelos 18 CDist, tendo em conta as ações desenvolvidas neste âmbito durante o ano de 2014, foi possível aferir os seguintes indicadores:

**Quadro n.º 6 – Principais Indicadores (N.º e %)**

<b>Pessoas Apoiadas (N.º)</b>		<b>1537</b>
<b>Género (N.º)</b>	Masculino	<b>785</b>
	Feminino	<b>752</b>
<b>Distribuição por Faixas Etárias</b>	0-04	<b>67</b>
	05-09	<b>151</b>
	09-14	<b>185</b>
	15-19	<b>170</b>
	20-24	<b>133</b>
	25-29	<b>84</b>
	30-34	<b>107</b>
	35-39	<b>123</b>
	40-44	<b>90</b>
	45-49	<b>87</b>
	50-54	<b>82</b>
	55-59	<b>74</b>
	60-64	<b>72</b>
	65-69	<b>71</b>
	70-74	<b>73</b>
	75-79	<b>106</b>
	80-84	<b>117</b>
	85-89	<b>90</b>
90-94	<b>38</b>	
95-...	<b>10</b>	
<b>Entidades Prescritoras (N.º)</b>	Centros de Saúde	<b>953</b>
	Centros Especializados	<b>2343</b>
<b>Produtos de Apoio (N.º)</b>		<b>3296</b>
<b>Orçamento Executado (€) (DGCF/ISS, I.P)</b>		<b>4.000.238,26</b>
<b>Taxa de Execução Financeira (%)</b>		<b>100%</b>

## PARTE V

### INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.) integra o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), criado pelo Decreto-lei n.º 93/2009, de 16 de abril, no que respeita ao financiamento de produtos de apoio que promovam a integração profissional das pessoas com deficiência e incapacidade e que, comprovadamente, sejam imprescindíveis para o acesso ou frequência de ações de formação profissional, ou para o acesso, manutenção ou progressão no emprego, por conta própria ou de outrem.

Em 15 de maio de 2014, foi publicada a revisão do Manual de Procedimentos aplicável ao IEFP, I.P. (2.ª revisão), disponível em [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt), no sentido de proceder à definição das condições de financiamento de produtos de apoio do âmbito da reabilitação profissional (cfr. n.º 25 do Despacho).

Nos termos de deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, IP, em 2014, o financiamento dos produtos de apoio que não constituam responsabilidade dos empregadores e que sejam indispensáveis para o efetivo acesso e frequência da formação profissional e ou para o efetivo acesso, manutenção ou progressão no emprego, incluindo os trabalhadores por conta própria, efetuou-se através dos serviços de emprego do IEFP, I.P., e do Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão (cfr. n.º 24 do Despacho n.º 5212/2014, de 11 de abril).

Foi também deliberado pelo Conselho Diretivo do IEFP, I.P. que as entidades de reabilitação profissional credenciadas como centros de recursos da rede do IEFP, I.P., seriam as entidades prescritoras de produtos de apoio neste âmbito (cfr. n.º 12 do Despacho).

De acordo com o estabelecido no n.º 34 do mesmo Despacho, o IEFP, I.P. deve proceder à recolha e sistematização da informação relativa ao financiamento de produtos de apoio para o ano de 2014 e proceder à sua análise estatística de forma a permitir a elaboração do relatório final de diagnóstico e avaliação física e financeira da execução do despacho referido anteriormente.

Assim, tendo em vista o eficaz acompanhamento e avaliação da execução física e financeira das verbas disponibilizadas por este Instituto, no âmbito do financiamento de produtos de apoio, foram recolhidos, tratados e analisados os dados necessários à avaliação global da execução relativa ao ano de 2014.

De referir ainda que no 3.º trimestre do ano começaram a ser publicados os normativos necessários ao início de funcionamento da base de dados de registo do SAPA (BDR- SAPA), cuja operacionalização viria a ocorrer apenas em 2015.

## 1 - CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

### 1.2 - PRODUTOS DE APOIO E PESSOAS APOIADAS POR REGIÃO

Do apuramento efetuado foi possível verificar que durante o ano de 2014 foram financiados pelo IEFP, I.P., 568 produtos de apoio a 303 pessoas com deficiência e incapacidade, com a distribuição geográfica que se apresenta no quadro seguinte:

**Quadro 1: Número de Produtos de Apoio atribuídos e pessoas apoiadas por zona geográfica (Delegação Regional)**

Delegação Regional	Pessoas	Produtos de Apoio
Norte	139	241
Centro	54	90
Lisboa e Vale do Tejo	90	211
Alentejo	12	16
Algarve	8	10
<b>Total</b>	<b>303</b>	<b>568</b>

A maioria das pessoas que beneficiaram de produtos de apoio reside na área de intervenção da Delegação Regional do Norte (46%), a que se seguem as pessoas que residem na área geográfica de intervenção da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (30%).

### 1.3 – PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS POR SEXO

Relativamente às pessoas abrangidas, por sexo, verifica-se que das 303 pessoas com deficiência e incapacidade apoiadas, 105 eram do sexo feminino e 198 do sexo masculino, conforme ilustrado no quadro que se segue.

Quadro 2: Atribuição de produtos de apoio por género

Delegação Regional	Feminino	Masculino
Norte	41	98
Centro	20	34
Lisboa e Vale do Tejo	39	51
Alentejo	2	10
Algarve	3	5
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>198</b>

Numa análise por género, verifica-se que a maioria das pessoas que beneficiou de produtos de apoio são homens (65%). A maior diferença entre homens e mulheres verifica-se na Delegação Regional do Norte em que 79% das pessoas que beneficiaram de produtos de apoio são homens e a menor diferença verificou-se na Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo onde 56% são homens e 44% são mulheres.

#### 1.4 - PRODUTOS DE APOIO POR GRUPO ETÁRIO

No que se refere à distribuição das pessoas com deficiência e incapacidade apoiadas, por grupo etário, verifica-se que a maioria dos produtos de apoio foi atribuída a pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, que representam cerca de 53,1 % do total de pessoas apoiadas.

Somando o total das pessoas apoiadas nos escalões etários entre os 25 e os 54 anos, obtém-se um universo de 84,5 % do total de pessoas apoiadas.

Quadro 3: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS FINANCIADAS POR GRUPO ETÁRIO

Delegação Regional	18 - 19	20 - 24	25 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	>64
Norte	1	5	81	19	22	10	1
Centro	0	2	27	14	7	4	0
Lisboa e Vale do Tejo	0	3	42	13	15	15	2
Alentejo	0	0	8	1	2	1	0
Algarve	0	0	3	1	1	3	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>161</b>	<b>48</b>	<b>47</b>	<b>33</b>	<b>3</b>

#### 1.5 - PRODUTOS DE APOIO POR TIPO DE DEFICIÊNCIA

Finalmente, no que se refere ao tipo de deficiência, constata-se que foram as pessoas com deficiências Músculo-Esqueléticas as que mais beneficiaram dos produtos de apoio financiados pelo IEFP, I.P. (66%), imediatamente seguidas das pessoas com deficiência visual (17%).

Quadro 4: Distribuição de produtos de apoio por tipologia de deficiência

Tipo de Deficiência	Produtos de Apoio	Montante Atribuído
Intelectual	5	3.131,65 €
Psicológica	3	960,00 €
Auditiva	25	64.228,55 €
Visual	172	195.770,94 €
Outros Órgãos	2	563,80 €
Músculo-Esquelética	324	1.385.366,88 €
Estética	7	29.134,96 €
Funções Gerais, Sensitivas e Outras	30	92.129,03 €
<b>Total</b>	<b>568</b>	<b>1.771.285,81 €</b>

## 2 - CARACTERIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

### 2.1 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA GLOBAL

A execução financeira global para o ano de 2014 relativa ao financiamento de produtos de apoio pelo IEFP, I.P., destinados ao acesso e frequência de formação profissional e ao acesso, progressão e manutenção do emprego foi de 1.771.285,81 €, tal como apresentado no quadro que se segue, superior ao montante previsto no Despacho n.º 2671/2014, de 18 de fevereiro, em cerca de 671.285 €.

Quadro 5: Execução física e financeira global

Delegação Regional	Pessoas	Produtos de Apoio	Montante Atribuído
Norte	139	241	716.000,03 €
Centro	54	90	240.179,27 €
Lisboa e Vale do Tejo	90	211	621.006,26 €
Alentejo	12	16	153.339,21 €
Algarve	8	10	40.761,04 €
<b>Total</b>	<b>303</b>	<b>568</b>	<b>1.771.285,81 €</b>

## 2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA

Se efetuarmos uma análise dos produtos de apoio e dos montantes atribuídos por tipo de deficiência podemos verificar que, 57% dos produtos atribuídos se destinaram a pessoas com deficiência Músculo-Esquelética, que representaram 78,2% do total do financiamento concedido. No que se refere à deficiência visual, 30,3% dos produtos financiados destinaram-se a pessoas com deficiência visual, representando 11,1% do total do financiamento atribuído.

Quadro 6: Execução física e financeira por tipologia de deficiência

Tipo de Deficiência	Produtos de Apoio	Montante Atribuído
Intelectual	5	3.131,65 €
Psicológica	3	960,00 €
Auditiva	25	64.228,55 €
Visual	172	195.770,94 €
Outros Órgãos	2	563,80 €
Músculo-Esquelética	324	1.385.366,88 €
Estética	7	29.134,96 €
Funções Gerais, Sensit	30	92.129,03 €
<b>Total</b>	<b>568</b>	<b>1.771.285,81 €</b>

## 3 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR CLASSIFICAÇÃO ISO

Em termos globais podemos verificar que a maior percentagem de produtos de apoio financiados foi efetuada na Classe 22: Produtos de Apoio para Comunicação e Informação, representando 37,1% (211) do total das atribuições, logo seguidas da Classe 12: Produtos de Apoio para Mobilidade Pessoal, com 35,9% (204). Em conjunto estas duas classes ISO representam mais de 73% do total das prescrições financiadas. Se a estas duas Classes somarmos a 06 Ortóteses e Próteses, ficamos com quase 90% do total dos financiamentos atribuídos.

Quadro 7: Execução física por classificação ISO a 2 dígitos

Delegação Regional	Classificação ISO a 2 dígitos									
	04	05	06	09	12	15	18	22	24	30
Norte	29	0	49	0	91	0	1	71	0	0
Centro	9	0	16	0	39	0	1	24	1	0
Lisboa e Vale do Tejo	10	0	26	1	62	0	2	110	0	0
Alentejo	2	0	2	0	8	0	0	4	0	0
Algarve	1	0	2	1	4	0	0	2	0	0
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>0</b>	<b>95</b>	<b>2</b>	<b>204</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>211</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

### 3.2 - CARACTERIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO POR REGIÃO E CLASSIFICAÇÃO ISO

No que se refere ao montante do financiamento atribuído por Classificação ISO, verificamos que o grupo mais representativo é o da Classe 12 – Produtos de Apoio para a Mobilidade Pessoal, seguido pela Classe 06 – Ortóteses e Próteses, e pela classe 22 - Produtos de Apoio para a Comunicação e Informação, não obstante ser este o mais significativo em termos de produtos atribuídos.

Esta distribuição dos produtos atribuídos por classificação ISO está em linha e é coerente com a distribuição das pessoas beneficiadas por tipo de deficiência.

Quadro 8: Produtos de apoio financiados por classificação ISO

Delegação Regional	Classificação ISO a 2 dígitos (Financiamento Atribuído)						
	04	06	09	12	18	22	24
Norte	21.326,01 €	164.954,83 €	0,00 €	398.484,29 €	1.611,20 €	129.623,70 €	0,00 €
Centro	5.676,53 €	62.379,67 €	0,00 €	133.924,40 €	151,50 €	28.035,47 €	10.011,70 €
Lisboa e Vale do Tejo	3.599,00 €	192.632,76 €	892,80 €	300.061,62 €	10.693,08 €	113.127,00 €	0,00 €
Alentejo	690,58 €	62.440,75 €	0,00 €	83.156,58 €	0,00 €	7.051,30 €	0,00 €
Algarve	654,55 €	22.762,40 €	2.356,20 €	9.231,68 €	0,00 €	5.756,21 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>31.946,67 €</b>	<b>505.170,41 €</b>	<b>3.249,00 €</b>	<b>924.858,57 €</b>	<b>12.455,78 €</b>	<b>283.593,68 €</b>	<b>10.011,70 €</b>

Quadro 9: Custo médio dos produtos de apoio atribuídos por classificação ISO

Classe ISO	Produtos Atribuídos	Montante Pago	Custo Médio
04: Produtos de Apoio para Tratamento Clínico	51	31.946,67 €	626,41
06: Ortóteses e Próteses	95	505.170,41 €	5.317,58
09: Produtos de Apoio para Cuidados Pessoais e de Proteção	2	3.249,00 €	1.624,50
12: Produtos de Apoio para Mobilidade Pessoal	204	924.858,57 €	4.533,62
18: Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Edifícios	4	12.455,78 €	3.113,95
22: Produtos de Apoio para Comunicação e Informação	211	283.593,68 €	1.344,05
24: Produtos de Apoio para Manuseamento de Objetos e Dispositivos	1	10.011,70 €	10.011,70
<b>TOTAL</b>	<b>568</b>	<b>1.771.285,81 €</b>	<b>3.118,46</b>

Em termos comparativos de custos médios, não podemos deixar de reparar que as classes que maiores custos médios têm são a Classe 06 – Ortóteses e Próteses e a Classe 12 - Produtos de Apoio para a Mobilidade Pessoal. Não tivemos em consideração o custo médio da Classe 24, cujo número de produtos atribuídos não é estatisticamente significativo (apenas uma prescrição).

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da evolução das atribuições dos últimos 3 anos podemos verificar que o número de pessoas abrangidas, produtos de apoio atribuídos e financiamento concedido pelo IEFP, I.P. teve um crescimento significativo em todos os parâmetros:

Número de pessoas abrangidas, que passou de 87 em 2012 para 303 em 2014, ou seja, 3,6 vezes mais;

Produtos atribuídos, que passou de 172 em 2012 para 568 em 2014, ou seja, 3,3 vezes mais;

Apoios concedidos, que passou de 523.072 € em 2012 para 1.771.285 € em 2014, ou seja, 3,4 vezes.



Quadro 10: Evolução dos últimos 3 anos

Delegação Regional	Pessoas			Produtos Apoio			Montante Atribuído		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Norte	31	103	139	56	155	241	179.651,56 €	552.658,48 €	716.000,03 €
Centro	23	22	54	39	25	90	145.135,56 €	134.892,91 €	240.179,27 €
Lisboa e Vale do Tejo	30	74	90	74	127	211	189.910,50 €	516.992,84 €	621.006,26 €
Alentejo	3	10	12	3	17	16	8.375,33 €	32.430,54 €	153.339,21 €
Algarve	0	6	8	0	8	10	0,00 €	19.614,05 €	40.761,04 €
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>215</b>	<b>303</b>	<b>172</b>	<b>332</b>	<b>568</b>	<b>523.072,95 €</b>	<b>1.256.588,82 €</b>	<b>1.771.285,81 €</b>

Da análise dos dados constata-se que o crescimento dos financiamentos concedidos está em linha com o crescimento do número de produtos atribuídos, mas é inferior ao número de pessoas beneficiadas, indiciando que existe uma maior eficácia e rentabilidade social dos apoios concedidos, em resultado, eventualmente, de um maior critério na avaliação das situações pela intervenção dos centros de recursos.

Efetivamente, durante o ano de 2014, o IEFP, I.P. continuou a promover a melhoria da resposta no âmbito do SAPA, promovendo uma maior eficácia da articulação entre os serviços de emprego e os centros de recursos, enquanto entidades de suporte e apoio aos serviços de emprego e de intervenção especializada que se constituíram como prescritoras, promovendo não apenas uma avaliação da deficiência, enquanto alteração das funções e estruturas do corpo, mas também dos contextos de vida e de trabalho da pessoa. Esta perspetiva inicia a transição de uma avaliação exclusivamente médica da deficiência, para uma avaliação eco social, em que se privilegia a pessoa no seu contexto de vida.

Conjuntamente com o Instituto da Segurança Social, I.P. e com a colaboração de alguns centros de recursos, o IEFP, I.P. deu início a um trabalho de definição de valores de referência para determinados produtos de apoio, de forma a aproximar o valor dos financiamentos atribuídos ao longo do país e dos diversos serviços financiadores (IEFP, I.P. e Instituto da Segurança Social, I. P.) quando se trate de situações similares. Nesta fase o trabalho foi desenvolvido relativamente às cadeiras de rodas, (embora com efeitos a partir de 2015), devendo ser alargado no futuro a outras tipologias de produtos de apoio.

De referir que no âmbito das candidaturas apresentadas em 2014 não se revelou necessário desencadear, por iniciativa do IEFP, I.P., os mecanismos tendentes à intervenção da Comissão de Análise prevista nos n.ºs 26 a 29 do mencionado Despacho.

No entanto, o IEFP, I.P. participou naquela Comissão, no âmbito de intervenções desencadeadas pelo Instituto da Segurança Social, I.P.

O IEFP, I.P. participou ainda nas reuniões da Comissão de Acompanhamento dos Produtos de Apoio, prevista no ponto 37 do Despacho n.º 5212/2014, de 11 de abril, bem como no grupo de trabalho que está a preparar a implementação da base de dados necessária à plena implementação do sistema.

## PARTE VI

### DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO

Considera-se produto de apoio “qualquer produto (incluindo dispositivos, equipamento, instrumentos, tecnologia e software) especialmente produzido ou geralmente disponível, que se destina a prevenir, compensar, monitorizar, atenuar ou neutralizar limitações da atividade e restrições na participação” (DL n.º 93/2009 de 16 de abril).

No caso das crianças e jovens que frequentam o sistema educativo e necessitam de produtos de apoio, compete ao Ministério da Educação e Ciência Educação, através da Direção-Geral da Educação, o financiamento e atribuição de um conjunto de produtos de apoio considerados facilitadores no acesso ao currículo.

Os produtos de apoio constituem-se como um elemento facilitador no processo de ensino e de aprendizagem, ao eliminarem muitas das barreiras existentes em áreas como a comunicação, manipulação, aprendizagem e independência pessoal.

Numa perspetiva mais ampla os produtos de apoio em contexto escolar são, indubitavelmente, um fator de inclusão, participação e equidade ao possibilitar aos alunos com deficiência e incapacidade o acesso ao currículo nas suas diferentes componentes

Na sequência da publicação do Despacho n.º 2671/2014, de 18 de fevereiro, foi fixada a verba no montante de 200.000,00 a disponibilizar pelo Ministério da Educação e Ciência para o financiamento de produtos de apoio, os quais são adquiridos e entregues aos alunos pelos agrupamentos de escola que estes frequentam.

## 1. DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO

### 1.1 Distribuição de Produtos de Apoio por Centros de Recursos TIC para a Educação Especial (CRTIC)

No ano de 2014 foram atribuídos e financiados 538 produtos de apoio através de 217 agrupamentos de escolas (AE) em resultado das avaliações e recomendações dos 24 CRTIC.

Quadro 1 – distribuição dos produtos de apoio por CRTIC

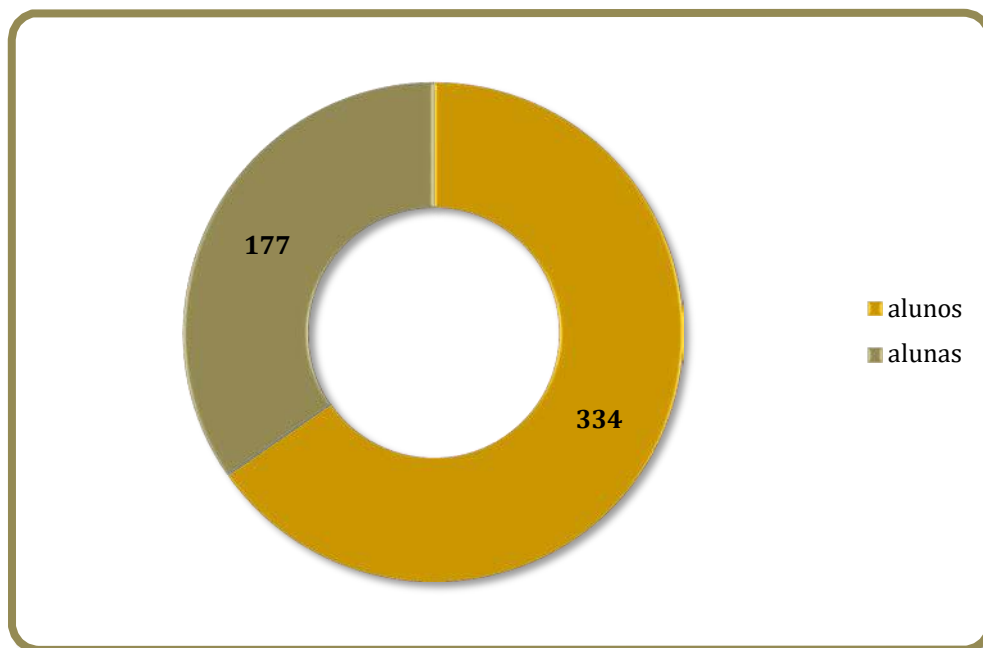
(abrangência distrital)

Centros de Recursos TIC	N.º de AE envolvidos	N.º de PA atribuídos
CRTIC de Guimarães	12	22
CRTIC de Mirandela	6	9
CRTIC da Feira	5	11
CRTIC de Porto	26	56
CRTIC de Cinfães	7	7
CRTIC de Viana do Castelo	16	32
CRTIC de Chaves	2	6
CRTIC de Viseu	9	30
CRTIC da Guarda	8	40
CRTIC de Pombal	8	33
CRTIC de Aveiro	15	22
CRTIC de Coimbra	11	20
CRTIC de Castelo Branco	6	13
CRTIC da Amadora	6	7
CRTIC de Loures	7	43
CRTIC de Sintra	13	18
CRTIC de Santarém	6	8
CRTIC de Seixal	8	23
CRTIC de Setúbal	6	6
CRTIC de Beja	6	53
CRTIC de Évora	7	22
Crtic DE Portalegre	5	8
CRTIC de Sines	5	15
CRTIC de Faro	17	34
<b>TOTAL</b>	<b>217</b>	<b>538</b>

## 1.2 - Distribuição dos Produtos de apoio por Sexo

Conforme representado no gráfico 1 num total de 538 produtos de apoio atribuídos, a maior percentagem, 64% (N=334) destinou-se a alunos do género masculino.

Gráfico 1- Distribuição de produtos de apoio por sexo



A percentagem de alunas que recebeu produtos de apoio situa-se nos 34% o que representa um número de 177 alunas.

## 1.3 - Distribuição dos produtos de apoio por categoria

No que se refere à classificação dos produtos de apoio disponibilizados em 2014, de acordo com a *Norma Portuguesa, Produtos de apoio para pessoas com incapacidade e deficiências, Classificação e terminologia (ISO 9999:2007)*, verificou-se que a maior percentagem de produtos de apoio refere-se a computadores e periféricos (classificação nível 2 -22 33).

A categoria de produtos de apoio com menor número de atribuições (n=22), o que se traduz em uma percentagem de 4%, refere-se aos produtos de apoio para treino de comunicação alternativa e aumentativa.

Quadro 2 – Classificação dos produtos de apoio por referência à Classificação ISO 9999:2007

Classificação ISO 9999:2007 (Nível 2)	N.º de PA	%
22 33 - Computadores e periféricos	412	77%
22 36 - Dispositivos de entrada para computadores	77	14%
22 12 - Produtos de apoio para desenho e escrita	27	5%
05 06 - Produtos de apoio para treino de comunicação alternativa e aumentativa	22	4%
	<b>538</b>	<b>100%</b>

Como informação adicional, é de referir que na categoria 22 33 - *Computadores e periféricos*, incluem-se *tablets que*, em muitas situações, têm como função primordial o suporte a programas específicos para a comunicação alternativa e aumentativa.

## 2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

No que se refere à execução financeira, foi disponibilizado o montante global de €199.959,11, relativamente ao total em orçamento de €200.000,00 o que representa uma taxa de execução financeira de 99,9%.

A zona de abrangência do CRTIC do Porto, foi a que registou valores mais elevados, tanto no que respeita aos números de alunos (N=44) com produtos de apoio atribuídos (N=56), como ao número de agrupamentos de escola abrangidos (N=26) e ao montante disponibilizado (N= €25.201,00).

No sentido inverso, temos a zona da abrangência do CRTIC de Chaves com seis produtos de apoio atribuídos a cinco alunos através de dois agrupamentos de escolas, num montante global de €1.286,90.

Quadro 3 – produtos de apoio atribuídos, agrupamentos de escolas e alunos abrangidos e montantes disponibilizados.

Centros de cursos TIC	N.º de AE Abrangidos	N.º de PA financiados	N.º de alunos Abrangidos	Financiamento (montante €)
Guimarães	12	22	25	8.190,00
Mirandela	6	9	7	2.332,00
Feira	5	11	10	3.654,00
Porto	26	56	44	25.201,00
Cinfães	7	7	24	5.605,46
Viana do castelo	16	32	24	11.869,89
Chaves	2	6	5	1.286,90
Viseu	9	30	20	14.056,51
Guarda	8	40	37	15.625,24
Pombal	8	33	24	8.229,58
Aveiro	15	22	25	8.700,00
Coimbra	11	20	20	7.353,00
Castelo Branco	6	13	11	4.124,11
Amadora	6	7	7	2.793,00
Loures	7	43	35	12.552,58
Sintra	13	18	18	6.465,94
Santarém	6	8	8	3.200,00
Seixal	8	23	22	10.197,00
Setúbal	6	6	6	1.200,00
Beja	6	53	53	18.400,00
Évora	7	22	21	7.627,00
Portalegre	5	8	13	1.701,00
Sines	5	15	13	6.612,00
Faro	17	34	39	12.982,90
	217	538	511	199.959,11

### 3. NOTAS FINAIS

No ano de 2014, à semelhança de anos anteriores, toda a verba disponível em orçamento para a atribuição de produtos de apoio pelo Ministério da Educação e Ciência, foi executada.

Das recomendações realizadas pelos CRTIC, 538 foram validadas o que corresponde à atribuição de 538 produtos de apoio.

No ano em referência, reporta a um conjunto de 217 os agrupamentos de escola, através dos quais foram adquiridos e entregues 538 produtos de apoio, no valor global de €199.959,11, a 511 alunos.

## PARTE VII

### SÍNTESE GLOBAL DAS ENTIDADES

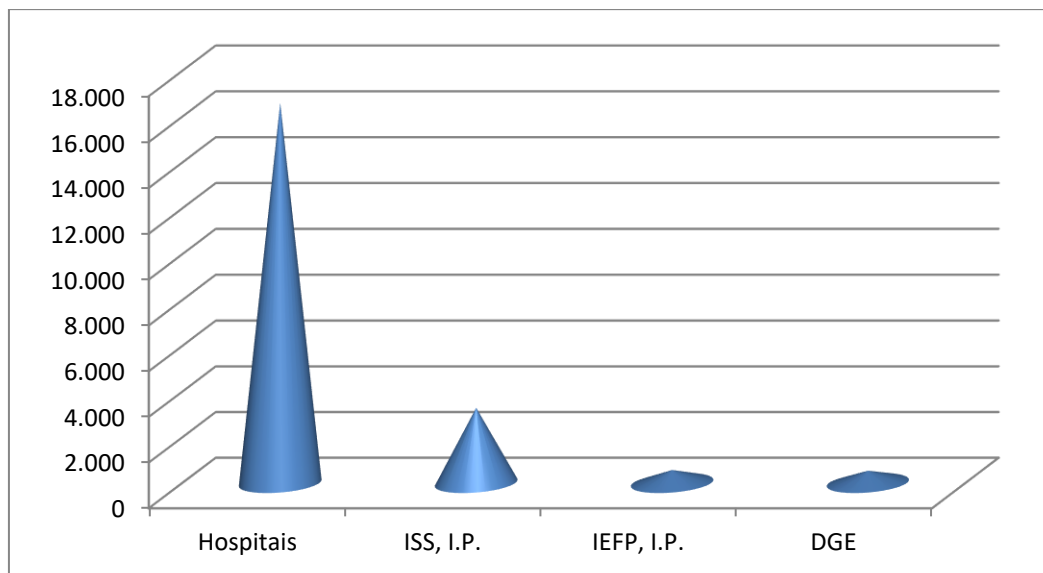
Durante o ano de 2014 foram atribuídos **21.009** Produtos de Apoio através dos Hospitais, Centros Distritais da Segurança Social, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.. e da Direção Geral da Educação.

**Quadro 1- Distribuição de Produtos de Apoio financiados por entidades**

ENTIDADE	QUANTIDADE
HOSPITAIS	16.607
CDSS	3.296
IEFP, I.P.	568
DGE	538
<b>TOTAL</b>	<b>21.009</b>



Gráfico 1- Nº de Produtos atribuídos por Entidades



Tendo em conta os dados enviados pelo ISS, I.P., DGS, pelo IEFP, I.P. e DGE, numa perspetiva global da Avaliação Física e Financeira referente ao ano de 2014, é possível apurar os seguintes resultados:

Pelo **ISS, I.P.**, foram apoiadas 1.537 pessoas com deficiência ou incapacidades, das quais 785 são do sexo masculino e, 752, do sexo feminino, tendo-lhe sido concedidos 3.862 produtos de apoio.

Na atribuição dos produtos de apoio verificou-se um menor número de prescrições pelos Centros de Saúde num total de 953 e por Centros Especializados um total de 2.343 prescrições efectuadas (ao invés do ano anterior em que se verificara um maior número de prescrições efetuadas através dos Centros de Saúde).

O ISS, I.P., apresenta um Orçamento Executado de 4.000.238,26€ num Orçamento Programado no mesmo valor apresentando uma Taxa de Execução de 100%.

Quanto aos elementos disponibilizados pela **DGS**, das 14.078 pessoas com deficiência ou incapacidade apoiadas, foram prescritos um total de 16.607 produtos de apoio, dos quais 8.775 foram entregues a pessoas do sexo feminino (53%) e 7.832 a pessoas do sexo masculino (47%).

A tipologia da deficiência e/ou incapacidade mais evidenciada foi a orgânica (375 pessoas), logo seguida de incapacidades e/ou deficiência motora (30%).

No que diz respeito às entidades prescritoras, verifica-se que foram os Hospitais/Centros Hospitalares os que mais prescrições realizaram.

No tocante à execução financeira, o montante global reportado foi de 4.399.605,36€ relativamente ao total concedido de 6.000.000,00€ com uma Taxa de execução de 73%.

Pelo **IEFP, I.P.**, foram apoiadas 303 pessoas com deficiência ou incapacidades, das quais 198 do sexo masculino e 105 do sexo feminino, com uma maior incidência na deficiência Músculo-Esquelética/Motora (324) e visual (172), tendo sido concedidos 568 produtos de apoio. O IEFP, I.P., apresenta um Orçamento Executado de 1.771.285,81 € num Orçamento Programado de 1.100.000,00 € (Taxa de Execução cerca de 161%).

Pela **DGE**, no ano de 2014, à semelhança de anos anteriores, toda a verba disponível em orçamento para a atribuição de produtos de apoio pelo Ministério da Educação e Ciência, foi executada.

Das recomendações realizadas pelos CRTIC, foram atribuídos, num conjunto de 217 agrupamentos de escola, 538 produtos de apoio correspondendo a 511 alunos dos quais 177 do sexo feminino, e 334 a crianças do sexo masculino, no valor global de 199.959,11 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

No âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio e de acordo com a análise dos dados reportados ao INR, I.P., pelas entidades financiadoras deste Sistema, durante o ano de 2014, foi possível aferir um conjunto de indicadores globais que, de seguida, serão apresentados.

PARTE VIII

**SÍNTESE CONCLUSIVA GLOBAL DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS DE APOIO DAS ENTIDADES**

Em resumo, tendo em conta os principais indicadores globais da execução física e financeira, poderemos concluir o seguinte:

No que diz respeito à execução física apresentada pela ACSS, I.P./DGS, pelo ISS, I.P., pelo IEFP, I.P. e pela DGE foram financiados no seu total 21.009 produtos de apoio e apoiadas 16.429 pessoas com deficiência e/ou incapacidade das quais 9.149 do sexo masculino e 9.809 do sexo feminino.

Em termos de execução financeira, de acordo com as verbas disponibilizadas para o financiamento de produtos de apoio para o ano de 2014, referidas no despacho n.º 2671/2014, de 18 de fevereiro, o mesmo apresenta um orçamento programado global de 11.300.000,00 Euros, do qual foi executado um valor global de 10.171.129,43 Euros correspondendo a uma taxa de execução global, aproximada, de 90%.

**Quadro n.º 1 – Quadro Resumo da Execução Global Física e Financeira das entidades financiadoras**

Entidades Financiadoras	ISS, I.P.	ACSS, I.P./DGS	IEFP, I.P.	DGE	Valores Globais
<b>Pessoas Apoiadas (N.º)</b>	1.537	14.078	303	511	16.429
<b>Produtos de Apoio atribuídos (N.º)</b>	3.296	16.607	568	538	21.009
<b>Sexo Feminino (N.º)</b>	752	8.775	105	177	9.809
<b>Sexo Masculino (N.º)</b>	785	7.832	198	334	9.149
<b>Orçamento Programado (€)</b>	4.000.238,26	6.000.000,00	1.100.000,00	200.000,00	11.100.238,26
<b>Orçamento Executado (€)</b>	4.000.238,26	4.399.605,36	1.771.285,81	199.959,11	10.171.129,43
<b>Taxa de execução (%)</b>	100	73	161	100	90

**Nota:** Não sendo possível efetuar uma análise comparativa precisa com o ano de 2013, dado que apenas em 2014 foram reportados os dados referentes à Direção Geral da Educação (DGE), para efeitos de relatório, pode-se referenciar, em termos gerais, que a Taxa de Execução Global, em 2014, ultrapassou o Orçamento Programado para o financiamento de produtos de apoio no âmbito do SAPA.

No que diz respeito ao financiamento de Produtos de Apoio durante o ano de 2014, o mesmo foi monitorizado em sede de Comissão de Acompanhamento do Produtos de Apoio (CAPA), constituída pelos elementos já anteriormente referenciados, a qual se reúne mensalmente para apreciação da execução física e financeira mensal das entidades com responsabilidade no financiamento de produtos de apoio no âmbito deste sistema, bem como da análise casuística da informação recebida através do endereço eletrónico [produtosdeapoio@inr.msess.pt](mailto:produtosdeapoio@inr.msess.pt), de forma de agilizar respostas e articulações entre os parceiros, para a resolução das preocupações transmitidas pelos cidadãos que a este sistema de financiamento recorrem.

Tendo por objetivo a agilização de respostas sobre produtos de apoio, foi criada uma caixa de correio eletrónico, para receber as questões colocadas pelos cidadãos com deficiência e/ou incapacidade ou pedidos de apoio por eventuais falhas dos serviços, e foi divulgado o respetivo endereço eletrónico ([produtosdeapoio@inr.msess.pt](mailto:produtosdeapoio@inr.msess.pt)), criado em sede de CAPA, para a sua utilização por um maior número de pessoas.

Durante o ano de 2014, resultado da monitorização mensal realizada em sede de CAPA, referente a processos novos rececionados pelo endereço eletrónico anteriormente referido, apresentam-se os seguintes dados globais:

**Quadro n.º 2 – Monitorização de processos rececionados e apreciados em sede de CAPA**

DGS	ISS, I.P.	DGE	IEFP, I.P.	INR, I.P.	ACAPO	Total
13	35	2	5	41	1	97

**OBS:** Apenas são contabilizados mensalmente os processos novos, rececionados via caixa de correio eletrónico [produtosdeapoio@inr.msess.pt](mailto:produtosdeapoio@inr.msess.pt).

Verifica-se assim que durante o ano de 2014 foram rececionados nesta caixa de correio eletrónico [produtosdeapoio@inr.msess.pt](mailto:produtosdeapoio@inr.msess.pt), um total de 97 novos processos, dos quais 13 foram encaminhados para resposta pela DGS (por se tratar de matéria do âmbito daquela entidade), 25 foram respondidos pelo ISS, I.P. (por se tratar de matéria sobre a qual deveria ser esta a entidade a pronunciar-se), 2 foram encaminhados para resposta pela DGE (para melhor esclarecimento no âmbito da educação), 1 processo foi respondido pela ACAPO (por se tratar de matéria do âmbito daquela Associação) e 41 foram respondidos diretamente ao requerente pelo INR, I.P..

Este resultado decorre da responsabilidade cometida a este Instituto, que após a receção das questões colocadas para o referido endereço eletrónico, assegura o devido encaminhamento para as entidades competentes sobre os casos em apreço, dando conhecimento deste procedimento a todos os representantes da referida Comissão.

Pretende-se que após o envio por parte do INR, I.P., para a respetiva entidade, a mesma responda diretamente ao requerente com conhecimento a este Instituto e aos demais representantes da CAPA, agilizando respostas, assegurando a boa gestão e eficácia do sistema.

Durante o ano de 2014, na sequência dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho criado para a informatização do SAPA (Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio), foi implementada, em janeiro de 2015, a Base de Registo de Dados do SAPA (BDR-SAPA) para a prescrição de produtos de apoio permitindo a todas as entidades, que operam neste Sistema de Financiamento, o envolvimento e conhecimento do processo desde a prescrição até à decisão final do financiamento/atribuição do respetivo produto de apoio, o que permitiu uma maior eficácia na análise, prescrição e financiamento de Produtos de Apoio no âmbito do SAPA.